



# Anais da Assembléia

Nº 85

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE JUNHO DE 1994

ANO XX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**

Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**

1º Vice-Presidente - PTB

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**

2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**

1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**

2º Secretário - PP

**BASÍLIO ZANUSSO**

3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**

4º Secretário - PSDB

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL .....	Deputado NELSON GARCIA
PDT .....	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT .....	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL .....	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP .....	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB** — 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Golaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Catto Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** — 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL** — 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** — 07: Algaci Ormário Túlio - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossóni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** — 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** — 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Jensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** — 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florivaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** — 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA  
ATA DA 66.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 1994  
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Caio Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Puddell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregoneze, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço (48). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Dirceu Manfrinato, Cezar Silvestri, José Arthur Ritti, Neivo Beraldin, Nilton Servo e Rossoni (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 066/94

Curitiba, 23 de junho de 1994.  
Senhor Presidente.

Visando complementar ações prioritárias previstas no Plano de Governo, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., nos termos do art. 53, inciso IV, da Constituição Estadual, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que concede autorização ao Poder Executivo para a reali-

zação de operação de crédito e financiamento perante empresa internacional, com endividamento do Tesouro, mediante aval ou fiança do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, sob fiança ou outras garantias referente aos projetos a seguir relatados. Os recursos serão repassados ao Estado através da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

Esta solicitação decorre do fato da MLW INTERMED - empresa da República Federal da Alemanha - devidamente autorizada pelo Governo Alemão, colocar à disposição do Governo do Estado do Paraná, uma linha de crédito de até US\$ 12 milhões (cerca de 12,0 milhões de URV) para aquisição de equipamentos laboratoriais e de meteorologia, com juros de 6,5% ao ano e prazo de sete anos.

Em face dessa oferta, o Estado pretende abrir licitações internacionais para que, além do ofertante, fornecedores de outros países possam participar.

Os equipamentos serão destinados:

- Ao Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, para equipar o laboratório de produtividade e qualidade do Centro de Tecnologia Industrial do Brasil - Japão;

- A MINEROPAR/Sistema de Informações Geoquímicas do Estado do Paraná - SIGEP, atuará em parceria com as Secretarias de Estado, como SETI, SEPL, SEAB, SEMA, procurando monitorar e buscar soluções para os problemas relacionados com a qualidade do meio ambiente;

- A Casa da Ciência e Tecnologia/TECPAR/COPEL/MINEROPAR-centro de difusão de ciência e tecnologia destinado ao público em geral, visando ampliar a cultura técnica através de exposições e experimentos interativos;

- Ao Sistema de Meteorologia do Estado do Paraná - SIMEPAR, resultado do convênio COPEL/IAPAR, objetivando a implantação de uma rede de estações meteorológicas no território paranaense.

Esses equipamentos são imprescindíveis para a melhoria da qualidade das pesquisas dessas instituições, formação de profissionais, bem como aos serviços prestados ao setor privado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito internacional, com garantia de aval ou fiança bancária, até o montante de 12,0 mi-

lhões de URV, para aquisição e instalação de equipamentos científicos de laboratórios e de meteorologia.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ajustes orçamentários decorrentes desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 067/94

Curitiba, 23 de junho de 1994.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 3.500.000.000,00 (três bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento próprio da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender a manutenção da FASPAR.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações de arrecadação direta das próprias entidades, sem previsão de utilização na espécie Pessoal e Encargos Sociais, em decorrência das folhas de pagamentos e encargos sociais estarem custeadas pelo Tesouro Geral do Estado.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a V.

Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de CR\$ 3.500.000.000,00 (três bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica inalterado o Demonstrativo da Receita por fontes.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, por Decreto do Governador, os ajustes relativos à correção prevista na Lei Estadual nº 10.699/93, bem como a conversão para o Real, conforme Plano de Estabilização Econômica, dos valores orçamentários objetos desta lei, no caso de sua aprovação e/ou publicação ocorrer após o dia 1º de julho do corrente exercício.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO DA DESPESA		A N E X O I		FL. 01 CRS 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	IL IFTIDI IRI	VALOR	IN.DO IPROC ICQP
2800	ISECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO	I	I I I		I
	IE DA ACAA SOCIAL - ENTIDADES	I	I I I		I
	IVINCULADAS	I	I I I		I
		I	I I I		I
2860	IFUNDACAO DE ACAA SOCIAL DO PARANAI	I	I I I		I
	I- FASPAR	I	I I I		I
2618	IPROGRAMA MEU IRMAO	I	3121.00I50ILI	500.000	I1601
		I	3132.03I50ILI	300.000	I1601
		I	3132.10I50ILI	300.000	I1601
		I	3132.15I50ILI	500.000	I1601
		I	3223.02I50ILI	500.000	I1601
		I	3231.02I50ILI	500.000	I1601
		I	3254.00I50ILI	500.000	I1601
		I	3259.00I50ILI	400.000	I1601
		T O T A L I		3.500.000	I

CANCELAMENTO  
DA DESPESA ANEXO

## A N E X O I I

FL. 01  
CRS 1.000,00

*-----*		*-----*			*-----*		*-----*	
CODIGO	I	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IL	VALOR	IN.DO	
I	I		I	IFTIDI	I		IPROC	
*	*	*	IDESPESA	I	IRI	*	ICOP	
*-----*		*-----*			*-----*		*-----*	
2800	I	SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO	I	I	I		I	
	I	IE DA Acao SOCIAL - ENTIDADES	I	I	I		I	
	I	IVINCULADAS	I	I	I		I	
	I		I	I	I		I	
2860	I	IFUNDACAO DE Acao SOCIAL DO PARANA	I	I	I		I	
	I	I- FASPAR	I	I	I		I	
2618	I	IPROGRAMA MEU IRMAO	I	3111.01	I50	2.300.000	I1601	
	I		I	3111.03	I50	1.000.000	I1601	
*-----*		*-----*			*-----*		*-----*	
			T O T A L		I	3.500.000	I	
		*-----*						

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 068/94

Curitiba, 23 de junho de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 2.312.778.000,00 (dois bilhões, trezentos e doze milhões, setecentos e setenta e oito mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender despesas correntes e de capital, compreendendo serviço de vigilância, reparos em bens imóveis, curso de administração pública, aquisição de equipamentos de informática e material permanente para treinamento de pessoal e desapropriação de áreas para ampliação de instalações em próprios públicos.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Chefia do Poder Executivo.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de CR\$ 2.312.778.000,00 (dois bilhões, trezentos e doze milhões, setecentos e setenta e oito mil cruzeiros reais), conforme Anexos I e III desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações, conforme Anexos II e IV desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo V desta lei.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, por Decreto do Governador, os ajustes relativos à correção prevista na Lei Estadual nº 10.699/93, bem como a conversão para o Real, conforme Plano de Estabilização Econômica, dos valores orçamentários objetos desta lei, no caso de sua aprovação e/ou publicação ocorrer após o dia 1º de julho do corrente exercício.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO DA DESPESA		A N E X O I			FL. 01 CRS 1.000,00	
ANEXO						
CODIGO I	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	DA I	IL I	VALOR	IN. DO I
I		DESPESA I	IFT I	IRI		IPROC ICOP
2100	ISECRETARIA DE ESTADO DA IADMINISTRACAO	I	I	I I		I
	I	I	I	I I		I
	I	I	I	I I		I
2102	IGABINETE DO SECRETARIO - IENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I		I
	I	I	I	I I		I
2168	IEEXECUCAO CENTRALIZADA DE REPAROS	I	I	I I		I
	IE OBRAS - DECOM	I	3211.03	I00ILI	255.000	I0971
2103	IDIRETORIA GERAL	I	I	I I		I
2795	IGERENCIAMENTO DA ESTRUTURA IADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DA ISEAD	I	I	I I		I
	I	I	I	I I		I
2796	IAQUISICAO DE IMOVEIS E CONTROLE IDO PATRIMONIO DO ESTADO	I	I	I I		I
	I	I	4110.00	I00ILI	148.192	I0971
2797	IADMINISTRACAO DO COMPLEXO DO ICENTRO CIVICO	I	I	I I		I
	I	I	3132.15	I00ILI	271.586	I0971
2799	ITREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE IRECURSOS HUMANOS	I	I	I I		I
	I	I	3132.15	I00ILI	98.000	I0971
		T O T A L I			2.312.778	I

CANCELAMENTO DA DESPESA		A N E X O I I			FL. 02 CRS 1.000,00	
ANEXO						
CODIGO I	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	DA I	IL I	VALOR	IN. DO I
I		DESPESA I	IFT I	IRI		IPROC ICOP
0900	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO	I	I	I I		I
	I	I	I	I I		I
0902	IGABINETE DO SECRETARIO - IENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I		I
	I	I	I	I I		I
1005	IINVESTIMENTOS PARA PRODUCAO E IDISTRIBUICAO DE ENERGIA - COPEL	I	I	I I		I
	I	I	4140.00	I00ILI	2.312.778	I0971
		T O T A L I			2.312.778	I

SUPLEMENTACAO DA DESPESA		A N E X O I I I			FL. 02 CRS 1.000,00	
ANEXO						
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	IL I	IL I	VALOR	IN.DO IPROC ICOP
2200	ISECRETARIA DE ESTADO DA IADMINISTRACAO - ENTIDADES IVINCULADAS	I	I	I I		I
2250	IDEPARTAMENTO ESTADUAL DE ICONSTRUCAO, DE OBRAS E MANUTENCAO	I	I	I I		I
2189	IADMINISTRACAO E EXECUCAO DE IREPAROS E OBRAS - DECOM	I	I	I I		I
		I 3132.03	I00	ILI	255.000	I0971
		T O T A L			255.000	I

CANCELAMENTO DA DESPESA		A N E X O I V			FL. 03 CRS 1.000,00	
ANEXO						
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	IL I	IL I	VALOR	IN.DO IPROC ICOP
1000	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO - IENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I		I
1049	ICOMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ICOPEL	I	I	I I		I
2850	IGERENCIAMENTO DA ESTRUTURA IADMINISTRATIVA E APOIO IOPERACIONAL DA COPEL	I	I	I I		I
		I 4110.00	I00	ILI	2.312.778	I0971
		T O T A L			2.312.778	I

SUPLEMENTACAO DA RECEITA		A N E X O V		FL. 01 CR\$ 1.000,00	
ANEXO					
CODIGO	E S P E C I F I C A C A O	FT	VALOR	N.DO PROC COP	
	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO - ENTIDADES VINCULADAS				
	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE CONSTRUCAO, DE OBRAS E MANUTENCAO - DECOM				
1712.49.00	RECURSO ORDINADIO NAO VINCULADO	00	255.000	0971	
T O T A L			255.000		

MENSAGEM Nº 069/94

Curitiba, 23 de junho de 1994.  
Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva fixar o soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado, a partir de 1º de maio do corrente ano, na forma da tabela anexa.

O plano de lei em referência consubstancia o resultado de estudos procedidos por órgãos técnicos da Administração, visando corrigir distorções salariais existentes nas funções de nível de aperfeiçoamento superior, dos quadros da Polícia Militar do Estado, além de oferecer condições e estímulo ao aprimoramento profissional da classe, o que, sem a menor dúvida, reverterá em benefício da segurança pública e, conseqüentemente, da própria população paranaense.

Vale ressaltar que a medida ora proposta não atinge toda a Corporação, mas tão-somente as funções de Nível de Aperfeiçoamento Superior, mantendo o percentual diferencial entre os postos de Coronel, Tenente-Coronel e Major. Desta maneira, está sendo procurada concessão de melhoria remuneratória aos referidos servi-

dores militares e, ao mesmo tempo, buscando equilíbrio em relação a outras categorias funcionais do Estado.

Oferecendo maior detalhamento quanto aos valores remuneratórios que decorrerão da adoção da medida legal em referência, é feito o quadro demonstrativo abaixo, em URV:

	REMUN. ATUAL	REMUN. PROPOSTA	ACRÉSCIMO
	adicionais por tempo de serviço	adicionais por tempo de serviço	
Cel. - 1.782,02		1.804,29	22,27
Ten. - 1.603,80		1.623,82	20,02
Major - 1.516,01		1.533,63	17,62

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O soldo dos integrantes da Polícia Militar fica fixado, a partir de 1º de maio de 1994, na forma da tabela que constitui o Anexo desta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anexo de que trata o art. 1º.

QUADRO DA POLICIA MILITAR		EM URV
TABELA I - FUNÇÃO DE NÍVEL DE APERFEIÇOAMENTO SUPERIOR		
POSTO	SOLDO	
CORONEL	477.33	
TENENTE CORONEL	429.59	
MAJOR	405.73	
TABELA II - FUNÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR		
CAPITAO	268.93	
PRIMEIRO TENENTE	237.48	
SEGUNDO TENENTE	205.76	
ASPIRANTE A OFICIAL	171.26	
TABELA III - FUNÇÃO DE NÍVEL ACADEMICO		
ALUNO DO TERCEIRO ANO	148.27	
ALUNO DO SEGUNDO ANO	131.22	
ALUNO DO PRIMEIRO ANO	123.81	

TABELA IV - FUNÇÃO DE NÍVEL TÉCNICO

SUBTENENTE	150.81
PRIMEIRO SARGENTO	143.27
SEGUNDO SARGENTO	139.64
TERCEIRO SARGENTO	131.84

TABELA V - FUNÇÃO DE NÍVEL MÉDIO

CABO	124,54
SOLDADO DE PRIMEIRA CLASSE	120.49
SOLDADO DE SEGUNDA CLASSE	99.41

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 070/94

Curitiba, 23 de junho de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 7.645.677.000,00 (sete bilhões, seiscentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e sete mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender despesas com assistência médica.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de excesso de arrecadação de recursos diretamente arrecadados pelo Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE.

A Diretoria Legislativa.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia reitero a Vossas Excelências as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de CR\$ 7.645.677.000,00 (sete bilhões, seiscentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e sete mil cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA		ANEXO I		FL. 01	
				CR\$ 1.000,00	
CODIGO I	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA I	DA IFTI I	VALOR	IN. DO IPROC ICOP
2200	ISECRETARIA DE ESTADO DA IADMINISTRACAO - ENTIDADES IIVINCULADAS I	I I I I I I I I I I	I I I I I I I I I I		I I I I I I I I I I
2254	IINSTITUTO DE PREVIDENCIA E IASSISTENCIA AOS SERVIDORES DO IESTADO DO PARANA - IPE I	I I I I I I I I I I	I I I I I I I I I I		I I I I I I I I I I
2714	IADMINISTRACAO GERAL DO IPE I	I 3132, 11171 I I I I I	I 3192, 00171 I I I I I	30.000	I0979 I0979
2715	IASSISTENCIA MEDICA AOS SEGURADOS IDO IPE I	I 3132, 15171 I I I I I	I 3192, 00171 I I I I I	7.595.677	I0979 I0979
		T O T A L I		7.645.677 I	



Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de excesso de arrecadação de recursos diretamente arrecadados pelo Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, por Decreto do Governador, aos ajustes relativos a correção prevista na Lei Estadual nº 10.699/93, bem como à conversão para o Real, conforme Plano de Estabilização Econômica, dos valores orçamentários objetos desta lei, no caso de sua aprovação e/ou publicação ocorrer após o dia 1º de julho do corrente exercício.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 071/94

Curitiba, 23 de junho de 1994.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender as despesas de manutenção do Órgão.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio Órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia reitero a Vossas Excelências as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de CR\$ 13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º Em decorrência do contido nos artigos anteriores desta lei, fica inalterado o Demonstrativo da Receita por Fontes.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder por Decreto do Governador, os ajustes relativos a correção prevista na Lei Estadual nº 10.699/93, bem como a conversão para o Real, conforme Plano de Estabilização Econômica, dos valores orçamentários objetos desta lei, no caso de sua aprovação e/ou publicação ocorrer após o dia 1º de julho do corrente exercício.

Art 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA		A N E X O I		FL. 01	
				CR\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN. DO
I	I	DA	IFTIDI		IPROC
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOF
3000	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	I	I I I		
	IDENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		
	I	I	I I I		
3064	IBIBLIOTHECA PUBLICA DO PARANA	I	I I I		
2639	IGERENCIAMENTO DA ESTRUTURA	I	I I I		
	IADMINISTRATIVA E ATENDIMENTO AO	I	I I I		
	IUSUARIO - BPF	I	3121.00I50ILI	2.000	I1944
	I	I	3132.15I50ILI	11.500	I1944
		T O T A L I		13.500 I	

CANCELAMENTO  
DA DESPESA

ANEXO

A N E X O I I

FL. 01

CR\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA			VALOR	IN. DO
		I DA	IF	IL		IPROG
I	I	IDESPESA	I	IR		ICOP
3000	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	I	I	I		I
	ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I		I
3064	BIBLIOTECA PUBLICA DO PARANA	I	I	I		I
2639	GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA	I	I	I		I
	ADMINISTRATIVA E ATENDIMENTO AO	I	I	I		I
	USUARIO - DEP	I	3111.04	I50IL	18.500	I1944
T O T A L					18.500	I

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 072/94

Curitiba, 23 de junho de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 2.616.500.000,00 (dois bilhões, seiscentos e dezesseis milhões e quinhentos mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender despesas com a manutenção das Instituições de Ensino Superior.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações de arrecadação direta das próprias entidades, sem previsão de utilização na espécie Pessoal e Encargos Sociais, em decorrência das folhas de pagamentos e encargos sociais estarem sendo custeadas pelo Tesouro Geral do Estado.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

A Assembléia Legislativa do Estado do

Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de CR\$ 2.616.500.000,00 (dois bilhões, seiscentos e dezesseis milhões e quinhentos mil cruzeiros reais), conforme anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica inalterado o Demonstrativo da Receita.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, por Decreto do Governador, aos ajustes relativos à correção prevista na Lei Estadual nº 10.699/93, bem como à conversão para o Real, conforme Plano de Estabilização Econômica, dos valores orçamentários objetos desta lei, no caso de sua aprovação e/ou publicação ocorrer após o dia 1º de julho do corrente exercício.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO DA DESPESA		A N E X O I		FL. 01 CRS 1.000,00		* I	
ANEXO							
* I		* I		* I		* I	
CODIGO I		INATUREZA I		IL I		IN. DOI	
I		DA IFTIDI		VALOR		IPROCI	
I		IDESPESA I IRI				ICOP I	
* I		* I		* I		* I	
1200	ISECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA	I	I I I			I	I
	IE DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR,	I	I I I			I	I
	ICIENCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES	I	I I I			I	I
	IVINCULADAS	I	I I I			I	I
	I	I	I I I			I	I
1218	IUNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO	I	I I I			I	I
	IPARANA - UNIOESTE	I	I I I			I	I
2497	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I I I			I	I
	IENTINO SUPERIOR NA UNIOESTE	I	3121.00I50ILI	300.000	I0275I		
	I	I	3131.02I50ILI	800.000	I0275I		
	I	I	3132.04I50ILI	200.000	I0275I		
	I	I	3132.15I50ILI	500.000	I0275I		
1222	IFACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA,	I	I I I			I	I
	ICIENCIAS E LETRAS DE CORNELIO	I	I I I			I	I
	IPROCOPIO	I	I I I			I	I
2500	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I I I			I	I
	IENTINO SUPERIOR EM CORNELIO	I	I I I			I	I
	IPROCOPIO	I	3121.00I50ILI	30.000	I0275I		
	I	I	3132.06I50ILI	20.000	I0275I		
	I	I	3132.11I50ILI	10.000	I0275I		
	I	I	3132.15I50ILI	30.000	I0275I		
1224	IFACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA,	I	I I I			I	I
	ICIENCIAS E LETRAS DE JACAREZINHO	I	I I I			I	I
2501	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I I I			I	I
	IENTINO DE FILOSOFIA, CIENCIAS E	I	I I I			I	I
	ILETRAS EM JACAREZINHO	I	3121.00I50ILI	10.000	I0275I		
	I	I	3131.02I50ILI	10.000	I0275I		
	I	I	3132.01I50ILI	4.000	I0275I		
	I	I	3132.03I50ILI	4.000	I0275I		
	I	I	3132.15I50ILI	25.000	I0275I		
1226	IFACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA,	I	I I I			I	I
	ICIENCIAS E LETRAS DE PARANAGUA	I	I I I			I	I
2502	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I I I			I	I
	IENTINO SUPERIOR EM PARANAGUA	I	3132.03I50ILI	3.000	I0275I		
	I	I	3132.04I50ILI	2.000	I0275I		
	I	I	3132.05I50ILI	3.000	I0275I		
	I	I	3132.06I50ILI	6.000	I0275I		
	I	I	3132.11I50ILI	5.000	I0275I		
	I	I	3132.15I50ILI	9.000	I0275I		
1228	IFACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS	I	I I I			I	I
	IECONOMICAS DE APUCARANA	I	I I I			I	I
2506	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I I I			I	I
	IENTINO SUPERIOR EM APUCARANA	I	3121.00I50ILI	30.000	I0275I		
	I	I	3132.11I50ILI	4.000	I0275I		
	I	I	3132.15I50ILI	60.500	I0275I		
1230	IFACULDADE ESTADUAL DE EDUCACAO	I	I I I			I	I
	IFISICA DE JACAREZINHO	I	I I I			I	I
2508	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I I I			I	I
	IENTINO DE EDUCACAO FISICA EM	I	I I I			I	I
	IJACAREZINHO	I	3121.00I50ILI	12.000	I0275I		
	I	I	3131.02I50ILI	4.000	I0275I		
	I	I	3132.01I50ILI	6.000	I0275I		
	I	I	3132.11I50ILI	5.000	I0275I		
	I	I	3132.15I50ILI	18.000	I0275I		



CANCELAMENTO DA DESPESA		A N E X O I I			FL. 04 CRS 1.000,00	
ANEXO						
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	IL I I	IL I I	VALOR	IN. DO IPROC ICOP
1200	ISECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA	I	I	I		I
	IE DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR,	I	I	I		I
	ICIENCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES	I	I	I		I
	IVINCULADAS	I	I	I		I
	I	I	I	I		I
1218	IUNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO	I	I	I		I
	IPARANA - UNIOESTE	I	I	I		I
2497	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I	I		I
	IENSINO SUPERIOR NA UNIOESTE	I	3111.01	I50ILI	1.800.000	I0275
1222	IFACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA,	I	I	I		I
	ICIENCIAS E LETRAS DE CORNELIO	I	I	I		I
	I PROCOPIO	I	I	I		I
2500	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I	I		I
	IENSINO SUPERIOR EM CORNELIO	I	I	I		I
	I PROCOPIO	I	3111.01	I50ILI	30.000	I0275
	I	I	3111.03	I50ILI	30.000	I0275
	I	I	3113.00	I50ILI	30.000	I0275
1224	IFACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA,	I	I	I		I
	ICIENCIAS E LETRAS DE JACAREZINHO	I	I	I		I
2501	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I	I		I
	IENSINO DE FILOSOFIA, CIENCIAS E	I	I	I		I
	I LETRAS EM JACAREZINHO	I	3111.01	I50ILI	40.000	I0275
	I	I	3113.00	I50ILI	13.000	I0275
1226	IFACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA,	I	I	I		I
	ICIENCIAS E LETRAS DE PARANAGUA	I	I	I		I
2502	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I	I		I
	IENSINO SUPERIOR EM PARANAGUA	I	3111.04	I50ILI	28.000	I0275
1228	IFACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS	I	I	I		I
	IECONOMICAS DE APUCARANA	I	I	I		I
2506	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I	I		I
	IENSINO SUPERIOR EM APUCARANA	I	3111.01	I50ILI	94.500	I0275
1230	IFACULDADE ESTADUAL DE EDUCACAO	I	I	I		I
	IFISICA DE JACAREZINHO	I	I	I		I
2508	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I	I		I
	IENSINO DE EDUCACAO FISICA EM	I	I	I		I
	I JACAREZINHO	I	3111.01	I50ILI	45.000	I0275
1232	IFACULDADE ESTADUAL DE DIREITO DO	I	I	I		I
	INORTE PIONEIRO	I	I	I		I
2511	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I	I		I
	IENSINO DE DIREITO DO NORTE	I	I	I		I
	I PIONEIRO	I	3111.01	I50ILI	30.000	I0274
	I	I	3111.02	I50ILI	2.000	I0274
	I	I	3111.03	I50ILI	7.000	I0274
	I	I	3113.00	I50ILI	8.000	I0274

CANCELAMENTO DA DESPESA		A N E X O		I I		FL. 05 CRS 1.000,00	
ANEXO							
CODIGO I	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	DA I	IFTIDI I	IRI	VALOR	IN. DO I IPROC ICOP
1234	IFACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS E ILETRAS DE CAMPO MOURAO	I	I	I	I		I
2514	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DOS IENSINOS MEDIO E SUPERIOR EM CAMPO IMOURAO	I	I	I	I	100.000	I0274
1236	IESCOLA DE MUSICA E BELAS ARTES DO IPARANA	I	I	I	I		I
2517	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO IENSINO SUPERIOR DE MUSICA E BELAS IARTES	I	I	I	I	146.000	I0274
1238	IFACULDADE DE ARTES DO PARANA	I	I	I	I		I
2518	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO IENSINO SUPERIOR EM EDUCACAO IARTISTICA E MUSICAL	I	I	I	I	80.000	I0274
1240	IFACULDADE ESTADUAL DE EDUCACAO, ICIENCIAS E LETRAS DE PARANAVAI	I	I	I	I		I
2519	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO IENSINO SUPERIOR EM PARANAVAI	I	I	I	I	120.000	I0274
1242	IFACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, ICIENCIAS E LETRAS DE UNIAO DA IVITORIA	I	I	I	I		I
2522	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO IENSINO SUPERIOR EM UNIAO DA IVITORIA	I	I	I	I	13.000	I0274
		T O T A L		I		2.616.500	I

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 073/94

Governador do Estado

Curitiba, 27 de junho de 1994.

## ANTEPROJETO DE LEI

Senhor Presidente.

Em conformidade com as disposições do art. 10, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Cornélio Procopio, o imóvel de propriedade do Estado, situado naquela cidade, à Rua Bahia, esquina com a Rua Paraná, com área de 600,00 m<sup>2</sup>, parte da data nº 44, contendo uma casa de alvenaria, conforme transcrição nº 16.807, do Livro 3/29, do Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício, daquela Comarca, com as divisas e confrontações que especifica.

A medida legal ora submetida a essa Casa, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que o referido imóvel foi adquirido pelo Estado sob a forma de dação em pagamento, em 20/03/70, e locado à Empresa Comercial Luso Bandeirantes Ltda., a qual veio a desocupá-lo recentemente.

Por sua vez, a Secretaria da Fazenda, que havia anteriormente manifestado interesse em instalar ali uma unidade da Inspeção Geral de Finanças, veio a informar agora que, embasado em critérios técnicos e análise custo/benefícios, concluiu que as mudanças que se fariam necessárias na estrutura física existente esbarrariam em dificuldades de ordem financeira e de alocação de pessoal, que inviabilizariam totalmente a pretensão antes manifestada, razão pela qual optou por instalar dita unidade na sede da Delegacia Regional em Londrina, não tendo, portanto, mais interesse sobre o mesmo. Por sua vez, a Prefeitura de Cornélio Procopio usará o referido imóvel para a instalação de uma incubadora tecnológica, o que, além de propiciar o aproveitamento de alunos oriundos do CEFET, certamente estimulará o surgimento de atividades que, sem dúvida, incrementarão o desenvolvimento social e econômico do município.

Vale, ainda, ressaltar que o anteprojeto de lei em epígrafe contém disposições no sentido de que o imóvel será utilizado exclusivamente para as finalidades previstas, sob pena de automático cancelamento da cessão, que durará até 31/12/96, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Art. 1º - Por força do art. 10, da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo Estadual autorizado a ceder ao Município de Cornélio Procopio, o imóvel situado naquele município à Rua Bahia, esquina com a Rua Paraná, com área de 600,00 m<sup>2</sup>, contendo benfeitorias, parte da data nº 44 da quadra nº 6, objeto da Transcrição nº 16.807, do Livro 3/29, do Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício da Comarca de Cornélio Procopio, com as seguintes divisas e confrontações: confrontando pela frente em 20 metros com a Rua Bahia; fundos em igual extensão, confinando com a outra parte da mesma data: de um lado, em 30 metros com a Avenida Paraná, onde faz esquina, e de outro lado em igual extensão com a data nº 46, existindo em dito terreno uma casa de alvenaria de tijolos, coberta de telhas.

Art. 2º - O imóvel de que trata o art. 1º desta lei será utilizado exclusivamente para a instalação de órgãos municipais, tendo esta cessão a duração até 31/12/96, prorrogável mediante consenso entre as partes, não podendo ser utilizado para outras finalidades, nem ser transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, aquela municipalidade, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## Ofícios:

Sob o nº ATCC 7110/94, do Senhor Luís Gastão Franco de Carvalho - Secretário-Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações, solicitado pelo Deputado Algaci Túlio ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, pedindo esclarecimentos sobre "desapropriação de áreas na Região Metropolitana de Curitiba". Ao **Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o nº 461/94-GS, do Senhor Roberto Lobo Blasi - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações solicitado pelo Deputado Florivaldo Fier, pedindo esclarecimentos sobre "execução dos serviços na Rodovia PRT-487, trecho Campo Mourão/Cruzeiro do Oeste". Ao **Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o nº ATCC 7065/94, do Senhor Luís

Gastão Franco de Carvalho - Secretário-Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações solicitado pelo Deputado Florisvaldo Fier ao Secretário de Estado da Segurança Pública, pedindo esclarecimentos sobre "Convênio Banco do Brasil - Polícia Militar do Paraná". **Ao Conhecimento Senhor Deputado interessado.**

Sob o nº ATCC 7028/94, do Senhor Luís Gastão Franco de Carvalho - Secretário-Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações solicitado pelo Deputado Colombino Grassano à Secretaria Especial de Ouvidoria Geral, pedindo esclarecimentos sobre "cumprimento do Decreto nº 645, de 07 de agosto de 1991". **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o nº 1062/94, do Senhor Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando relatório das atividades desenvolvidas por aquele Tribunal, durante o 1º trimestre de 1994. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº DTL/SAT/164/94, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei nº:

170/94: De autoria da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, que cria o Município de Marquinho, desmembrado do Município de Cantagalo, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.834. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº DTL/SAT/165/94, do Senhor Governador do Estado, solicitando retificação do Decreto Legislativo nº 006/91, de 09 de outubro de 1991, que concede autorização para afastamento do Chefe do Poder Executivo aos Países que, com o Brasil, integram o MERCOSUL (Argentina, Paraguai e Uruguai), seja retificado no sentido de que meu nome ali passe a figurar em substituição ao do ex-Governador Roberto Requião, mantidas as demais disposições do referido diploma legal. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº DTL/SAT/163/94, do Senhor Governador do Estado, solicitando providências no sentido de que as Mensagens nºs 151/91, de 16/12/91; 140/92, de 30/11/92 e 148/92, de 11/12/92, acompanhadas dos respectivos anteprojetos de lei, sejam restituídas ao Poder Executivo. **Ao Conhecimento da Casa.**

**Emenda:**

**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL  
AO PROJETO DE LEI Nº 201/94**

Art. 1º - O artigo 11 da Lei nº 9.887 de 27.12.91, alterado pela Lei nº 10.509 de 27.10.93, passa a vigorar com os seguintes parágrafos:

"Art. 11 .....

Parágrafo 1º: A remuneração do pessoal

docente das Autarquias de Ensino Superior do Estado do Paraná compreenderá também a gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

Parágrafo 2º: A gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva a ser atribuída aos docentes, fica fixada em 55% (cinquenta e cinco por cento), calculada sobre o salário estipulado em tabela."

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se o artigo 4º da Lei 9.788 de 29 de outubro de 1991 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Renato Adur, Durval Amaral, João Preis, Djalma de Almeida César e 1 ilegível.

**Requerimentos.**

**REQUERIMENTO Nº 1676**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 237/94, Mensagem nº 044/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre Crédito Suplementar à Secretaria de Estado da Administração no valor de CR\$ 9.187.864,00.

Sala das Sessões, em 28.06.94

(a) JOSÉ TAVARES

**REQUERIMENTO Nº 1677**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 244/94, Mensagem nº 059/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre Crédito Suplementar a FUNDEPAR no valor de CR\$ 5.000.000.000,00.

Sala das Sessões, em 28.06.94

(a) JOSÉ TAVARES

**REQUERIMENTO Nº 1679**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 245/94, Mensagem nº 060/94, de autoria do Poder Exe-



cutivo, que dispõe sobre Crédito Suplementar à Secretaria de Estado da Cultura no valor de CR\$ 3.184.067.000,00.

Sala das Sessões, em 28.06.94

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 1680

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 246/94, Mensagem n° 061/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre Crédito Suplementar à Secretaria de Estado dos Transportes no valor de CR\$ 300.000.000,00.

Sala das Sessões, em 28.06.94

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 1681

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 247/94, Mensagem n° 062/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre Crédito Suplementar à Secretaria de Estado da Educação no valor de CR\$ 4.606.864.000,00.

Sala das Sessões, em 28.06.94

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 1691

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.ª discussão, constante da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.06.94

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1689

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Resolução n° 018/94, de autoria do Deputado Renato Adur, da Ordem do Dia de hoje por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 28.06.94

(a) DOMINGOS CARVALHO

REQUERIMENTO N° 1683

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado e nos termos Regimentais solicita a retirada da Emenda-Substitutivo ao Projeto de Lei n° 201/94 - Mensagem n° 046/94, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 28.06.94

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1692

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por 05 sessões do Projeto de Lei n° 221/94.

Sala das Sessões, em 28.06.94

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoio: José Tavares e uma ilegível.

REQUERIMENTO N° 1670

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Mathias Leh, Presidente da Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios.

Sala das Sessões, em 28.06.94

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoio: Heinz Herwig

REQUERIMENTO N° 1686

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Flávio Marcelino da Silva, ocorrido no dia 22 de junho do corrente ano, nesta Capital.

Da decisão da Casa, pede seja dada ciência à Família enlutada, na pessoa de seu irmão o Vereador Jairo Marcelino, à Rua Capistrano de Abreu, n° 62 - Boa Vista.

Sala das Sessões, em 28.06.94

JUSTIFICATIVA:

Flávio Marcelino da Silva, era irmão do Vereador Jairo Marcelino, e seu desaparecimento, ainda no verdor dos anos, vem consternar não somente sua família, mas todos os que tiveram o prazer de com ele conviver.

REQUERIMENTO N° 1672

Senhor Presidente.

O Deputado no que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Aristides Bonicovski da Silva, ocorrido no dia 27 de junho, em Ponta Grossa.

O Sr. Aristides era uma pessoa de muitas amizades, que com seu óbito deixará

amigos e parentes com saudades.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, à família enlutada, sito à Rua Francisco Beltrão, 95, Bairro Nova Rússia, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28.06.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 1673

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de pesar pelo falecimento da Sra. Leonor Klipham, ocorrido dia 24 de junho em Ponta Grossa.

Pessoa caridosa de muitas amizades, que com seu passamento deixará amigos e parentes enlutados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Rodrigues Alves, 270, Bairro São José, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28.06.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 1674

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento da Sra. Lucília da Cunha Baroncini ocorrido dia 20 de junho em Ponta Grossa.

Pessoa caridosa, de muitas amizades, que com certeza deixará amigos e parentes com saudades.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Coronel Bittencourt, 177, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28.06.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 1671

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao América Pontagrossense Futebol Clube, que comemorou no dia 27 de junho, 56 anos de existência.

O América, vem ao longo de 56 anos procurando oferecer o que de melhor há para seus associados, sendo através da parte esportiva, recreativa, administrativa ou social.

O que faz do América um belo e exemplar clube dentro de Ponta Grossa, é o fato de que somente pessoas de bom senso ocuparam e ocupam a diretoria do clube.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao América Pontagrossense Futebol Clube, em nome de seu

Curitiba, terça, em 28.06.94

Presidente, O Sr. Valmir Magagnin, aos demais membros da diretoria, aos associados, funcionários e atletas que defendem a equipe do América, à Rua Cel. José Miró, 290, Bairro Nova Rússia, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28.06.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 1675

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado à Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, voto de congratulações, pelos 17 anos de implantação do SINE - Agência de Curitiba, cujo fato ocorreu em 27.06.77 prestando um serviço de alta relevância para a sociedade do nosso Estado.

Que os cumprimentos seja enviados ao Exmo. Sr. Newton Sérgio Ribeiro Grein, MD. Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social.

JUSTIFICATIVA:

O SINE-PR, é um programa dessa Secretaria que vem sendo completamente reestruturado através das parcerias com Prefeituras, Associações Comerciais e Industriais, Sindicatos Patronais e de Trabalhadores. O SINE vem também passando por um processo de informatização e modernização de seus serviços, com o único objetivo de ofertá-los em nível de eficiência e qualidade aos milhares de trabalhadores e ao empresariado paranaense.

Sala das Sessões, em 28.06.94

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 1682

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata da presente sessão votos de congratulações e cumprimentos à Prefeitura Municipal de Tibagi e à Fundação Cultural de Curitiba, pela exposição comemorativa dos 200 anos da posse de Tibagi por Antonio Machado Ribeiro.

A exposição "Tibagi Visita Curitiba" realizou-se nos dias 10 a 21 de junho próximo passado, na Casa Romário Martins, onde expôs um acervo pertencente ao Museu Histórico Des. Edmundo Mercer Júnior, criado em 1986, na Cidade de Tibagi, integrando inclusive, fotos e objetos relativos ao garimpo e documentos.

Sala das Sessões, em 28.06.94

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO N° 1684

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilmo. Sr. Luiz Alberto Martins de Oliveira, Diretor-Presidente da TELEPAR S/A, solicitando informações sobre notícias oficiosas de que a empresa estaria propensa a desativar a sua Regional de Irati.

Sala das Sessões, em 28.06.94

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Irati é uma cidade pólo, sede da microrregião 17, que tem atendido, através da sua Regional da TELEPAR, a contento, a todos os usuários dos Municípios que congregam a região, independentemente de qualquer vínculo político-partidário.

A TELEPAR de Irati, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tem prestado relevantes serviços às comunidades que é afeta. Queremos crer que a notícia não tenha veracidade, pois sua abertura foi um trabalho árduo de longos anos das lideranças da região. Mas, se a notícia deste fechamento tiver fundamento, queremos, de plano, manifestar nossa perplexidade e nosso posicionamento contrário, pois, o progresso conseguido às custas de muita luta não pode sucumbir diante de meros atos discricionários.

REQUERIMENTO N° 1685

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja oficiado ao Tribunal de Contas do Estado para que este, nos exatos termos do art. 75, inciso VII, preste a esta Casa de Leis as informações solicitadas através do Ofício n° 1865/94/DA/CEA/SC, remetido em 20 de maio próximo passado, e até a presente data sem resposta.

Sala das Sessões, em 28.06.94

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 1690

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Exmo. Sr. Luis Gastão Franco de Carvalho, Chefe da Casa Civil, solicitando lista de todos os funcionários lotados nesta Casa e recebem por cargo ou função gratificada com a simbologia DAS-5.

Sala das Sessões, em 28.06.94

(a) DOUTOR ROSINHA

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 021/94

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização

de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Tupinambá, desmembrado do Município de Astorga.

Memorial descritivo do Município de Tupinambá:

"Tem como ponto de partida a confluência do Rio Pirapó com a foz do Ribeirão Aurora. Segue-se a montante pelo Ribeirão Aurora até a nascente, fazendo divisa com o Município de Iguaçu. Em linha reta em sentido NE até a cabeceira do Ribeirão Astorga. A jusante por este Ribeirão até na foz do Rio Pirapó, fazendo divisa com o Município de Astorga. Prosseguindo pelo Rio Pirapó a jusante até o ponto de partida na foz do Ribeirão Aurora, fazendo divisas com os Municípios de Marialva e Maringá."

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.94

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A criação do Município de Tupinambá, com a sua conseqüente emancipação política é necessária por diversos motivos. Possui já expressiva atividade econômica, concentrada na pecuária de corte, sericicultura, hortifrutigranjeira, sendo um grande celeiro de frangos de corte, produzindo em torno de 500 mil frangos de corte a cada 45 dias, abastecendo inúmeros abatedouros de cidades como Maringá, Astorga, Londrina e Apucarana. Além disso, possui uma terra roxa de boa qualidade, produzindo também grãos de trigo, soja, amendoim, milho grande, café, algodão, feijão, arroz e cana-de-açúcar.

Não obstante, esta produtiva comunidade está esquecida da Prefeitura de Astorga, encontrando-se em condições precárias. Seus moradores carecem de agência bancária, posto de gasolina, correio, posto telefônico. A área de saúde também é extremamente precária, com um clínico geral a cada 304 dias. Não há ambulância, havendo sérias dificuldades no socorro de alguém que fique doente e precise de atendimento emergencial. No setor dentário, é preciso percorrer 20 Km até Astorga, a cidade mais próxima. No setor de transporte coletivo, há um ônibus 03 (três) vezes ao dia.

Portanto, é inadmissível que um distrito tão produtivo, cujo comércio oferece grande valor de ICMS, encontre-se num estado tão precário, desprovido de qualquer benefício, sendo necessária e justa a emancipação da comunidade Tupinambaense.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 022/94

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a transferência da mesma para o Município de Jataizinho:

"Tem como ponto de partida a confluência do Rio Tibagi com a foz do Ribeirão do Tigre. Seguindo a montante, pelo Ribeirão do Tigre até sua nascente, fazendo divisa com o Município de Jataizinho. Na nascente do Ribeirão do Tigre, em linha reta no sentido SO, até a nascente do Ribeirão Saltinho. Por este à jusante até a foz do Rio Tibagi."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.94

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento: Heinz Herwig, Luiz Carlos Zuk, Plauto Miró Guimarães, Mário Bezerra e José Afonso Júnior.

#### JUSTIFICATIVA:

A incorporação da referida área ao Município de Jataizinho faz-se necessária em virtude de várias razões, entre as quais a da mesma situar-se mais próxima de Jataizinho do que outra localidade, havendo em consequência uma relação mais direta e constante de seus moradores com esta cidade.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 257/94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido incentivo fiscal à empresa, com estabelecimento situado no Estado do Paraná, que intensifique a produção cultural, através de doação ou patrocínio.

§ 1º - O incentivo fiscal de que trata o "caput" deste artigo corresponde a 2% (dois por cento) do ICMS a recolher em cada período para doações ou patrocínio de produções culturais de autores e intérpretes nacionais, e 1% (um por cento) para patrocínios de produções culturais estrangeiras.

§ 2º - O desconto só terá início após o segundo mês da data da realização do pagamento dos recursos empregados no projeto cultural pela empresa incentivada e findará quando o total dos abatimentos corresponder ao total investido.

Art. 2º - São abrangidas por esta Lei as seguintes áreas:

- I - Música e dança;
- II - Teatro e circo;
- III - Artes plásticas e artesanais;
- IV - Folclore e ecologia;

- V - Cinema, vídeo e fotografia;
- VI - Informação e documentação;
- VII - Acervo e patrimônio histórico-cultural;
- VIII - Literatura;
- IX - Esportes profissionais e amadores, desde que federados.

Art. 3º - O pedido de concessão de incentivo fiscal será apresentado pela empresa patrocinadora na Secretaria de Estado da Fazenda que regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da sua publicação.

§ 1º - O pedido será indeferido de plano se o contribuinte estiver em débito com o Estado.

§ 2º - Fica vedada a utilização do incentivo fiscal em relação a projetos de que sejam beneficiários a própria empresa incentivada, seus sócios ou titulares e suas coligadas ou controladas.

§ 3º - A vedação prevista no parágrafo anterior se estende a ascendente, descendente em primeiro grau, a cônjuges e companheiros, dos titulares e sócios.

§ 4º - Para poder utilizar os benefícios desta lei, a empresa patrocinadora deverá contribuir com parcela equivalente a no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do desconto que pretende realizar, na forma que for definida pelo Poder Executivo.

§ 5º - Após o deferimento ser concedido pela Secretaria de Estado da Fazenda, será o projeto encaminhado ao órgão competente da Secretaria de Estado da Cultura, ou da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, ou da Secretaria de Estado da Educação ou Secretaria Especial do Transporte e Turismo, de acordo com a área pertinente, para que se manifeste com relação à adequação do projeto às áreas de abrangência definidas no artigo 2º desta Lei e sobre os custos de cada item face aos padrões correntes no mercado.

Art. 4º - Fica obrigatória a apresentação do projeto cultural no Estado do Paraná.

Art. 5º - A empresa que se aproveitar indevidamente do benefício de que trata esta lei, conluio ou dolo, estará sujeita a multa correspondente a duas vezes o valor do crédito presumido.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.94.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O Estado e a sociedade na produção e preservação do bem cultural paranaense.  
Cultural: Complexo dos padrões de com-

portamento das crenças, das instituições e de outros valores espirituais transmitidos coletivamente e características de uma sociedade: Novo Dicionário da Língua Portuguesa" - Aurélio Buarque de Holanda.

"A grande lei da cultura é esta: Deixar que cada um se torne tudo o que foi criado capaz de ser". Ensaio de crítica e diversos - Tomas Carlyle.

Cultura portanto, é tudo que nos cerca e que nos chega de maneira inteligente e não só a produção erudita de pessoas bem informadas. Tem portanto, uma dimensão cotidiana, natural, própria ao homem que se educa formal ou informalmente e que ganha experiência a cada novo dia de sua vida. Por consequência, é também, um direito elementar de qualquer indivíduo e sua sociedade democrática.

É claro que isso nada tem a ver com uma concepção intervencionista de cultura, segundo a qual, as autoridades culturais existem para criar fatos novos, inesperados e desconexos que perturbam a naturalidade do processo de produção cultural.

Uma visão paternalista que consagra o princípio da intervenção, corresponderia a conceito de que o Estado deveria também intervir na área cultural. Nada mais incoerente em um País pobre e carente como o nosso, pois só o desenvolvimento cultural pode proporcionar uma visão mais ampla, mais lúcida, menos convencional e conformista.

Sem dúvida alguma, temos vivido etapas significativas no desenvolvimento da Cultura no Paraná. O movimento cultural caminhou em muitos aspectos e começa a atingir maturidade que por sua importância e abrangência atesta a vitalidade e o dinamismo com os quais a cultura vem sendo tratada apesar de todas as dificuldades. Hoje afirmamos que o povo paranaense reconhece sua identidade e valoriza seus elementos culturais.

O projeto propõe a participação das empresas, sediadas no Estado, fornecendo desta forma recursos para a realização de projetos culturais voltados para as diferentes áreas artísticas que em nosso Estado se expandiram deixando importantes marcos que podemos registrar:

I - Música Erudita - Criação e fortalecimento da Orquestra Sinfônica do Paraná, hoje reconhecidamente imprescindível para a formação musical do artista paranaense.

Música Popular - Implantação da série fotográfica com o registro de nomes ilustres de nosso cenário Musical.

Dança - Criação do projeto Dançarte que pretende a miscigenação de grupos de dança de outros Estados com grupos paranaenses, criando oportunidade de divulgar e prestigiar nossos bailarinos.

II Teatro - Através de projetos "Auxílio" podemos ampliar o mercado de trabalho e implantar o intercâmbio cultural dos grupos teatrais dentro e fora do Estado.

Circo - O Circo da Cultura traz em seu bojo a proposta de abrir espaço para a arte circense além de proporcionar oficinas e apresentações itinerantes.

III - Cinema, Fotografia e Vídeo - A área de cinema será beneficiada com a implantação do Curso de Cinema de média duração, visando a formação de técnicos, atores, diretores e roteiristas. No que concerne à área de fotografia, concursos, mostras e edição de livros serão motivos de preocupação do Estado. Nos últimos tempos os vídeos ganham reconhecimento e aplauso através de premiações a nível nacional e internacional.

IV - Literatura - A realização de concurso e a edição de livros de escritores paranaenses são atividades permanente além de feiras de literatura, Seminários, Palestras, etc.

V - Artes Plásticas - Exposições, mostras, catalogação e recuperação de obras de pintores e escultores paranaenses divulgam e estimulam os artistas plásticos que hoje são reconhecidos nacionalmente.

VI - Folclore e Artesanato - Uma catalogação criteriosa será elaborada contendo dados minuciosos de todos os grupos folclóricos e artesãos do Estado; feiras e exposições serão realizadas sistematicamente, trazendo para a capital o trabalho muitas vezes ignorado e esquecido nos distantes Municípios do Estado.

VII - Memória e Patrimônio Histórico Cultural - Recuperação, registro e divulgação de nossa história através de fotos, publicações e documentos que enfocam fatos e dados relevantes, são atividades permanentes da área de Memória além da realização de exposições e publicações periódicas de ensaios e estudos sobre nossa história.

Quanto ao Patrimônio Histórico Paranaense, o Estado tem recuperado momentos, mantendo vivo o passado de nosso povo.

Foram revitalizados e adequados antigos imóveis em todo o Estado que hoje servem de casas de espetáculo e abrigam as inúmeras manifestações artísticas.

Devemos lembrar ainda que a descentralização da cultura, conseguida através da municipalização cultural levanta prioridades, registra vocações artísticas incentivando o intercâmbio artístico, propiciando ao Estado uma visão ampla e objetiva de nossa realidade cultural.

Este projeto de lei prevê a concessão de incentivos fiscais vem ao encontro das necessidades básicas para a continuidade do desenvolvimento das artes paranaenses cabendo ao Estado, através da Secretaria da Fazenda, o acompanhamento e fiscaliza-

ção, o que, sem dúvida, evitará qualquer tipo de irregularidade em sua aplicação e prestação de contas.

A Prefeitura Municipal de Curitiba, adotou recentemente medida de incentivo na Área Cultural.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro aprovou a Lei nº 1.954 de 26 de janeiro de 1992, regulamentada pelo Decreto nº 20074 de 15 de junho de 1994 do Excelentíssimo Senhor Governador Nilo Batista (xerox anexo) bem como, regulamentada pela Resolução nº 2448 de 16 de junho de 1994, do Senhor Secretário de Estado de Economia e Finanças (xerocópia anexa) e Resolução nº 94/94 de 15 de junho de 1994 do Senhor Secretário de Estado de Cultura conforme xerox anexo.

PROJETO DE LEI Nº 258/94  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Fundação Cultural Rainha da Paz de Cascavel", com sede e foro na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, à rua Rio de Janeiro nº 1525.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.94.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Devidamente registrada sob nº 1.790 do Livro "A" de Pessoas Jurídicas, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, a Fundação Cultural Rainha da Paz de Cascavel, fundada em 28 de outubro de 1991, preenche, conforme documentação inclusa, todos os requisitos necessários à sua declaração de Utilidade Pública, eis que possui personalidade jurídica, está em efetivo funcionamento, presta desinteressadamente serviços à comunidade, não distribui dividendos ou gratificações à sua Diretoria e membros, nem qualquer remuneração, além de ser uma entidade de caráter educativo e espiritual.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Srs. Deputados, tendo em vista requerimento aprovado no último dia 20 de junho, nós daremos ciência neste espaço do Pequeno e Grande Expediente de assunto que interessa a este Parlamento alusivo aos 140 anos da Assembléia.

(Lê):

"No dia 12 de junho de 1854 foi instalada solenemente a Assembléia Provincial do Paraná.

No próximo dia 21 de julho, estaremos completando 140 anos de trabalhos legisla-

tivos; uma data histórica; e, por essa razão determinamos a formação de uma Comissão Especial, para organizar uma programação que marque a passagem deste evento com muito brilho.

Como na data de 12 de julho, estaremos em pleno recesso, aproveitamos esta última semana de trabalhos para lançarmos a Comemoração dos 140 anos da Assembléia Legislativa do Paraná.

A programação festiva, será no mês de agosto, quando retornaremos do recesso, porém, queremos deixar registrado nesta data do lançamento das comemorações um pouco da história desta Casa.

Muitas figuras importantes lutaram pela causa da criação da Província que se separava de São Paulo, o que se deu a 29 de agosto de 1853, instalando-se a nova Província, tendo o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos como seu primeiro presidente.

Dai para frente foram se constituindo os poderes públicos.

A 12 de julho de 1854, instalou-se solenemente a Assembléia Provincial do Paraná, tendo como seu Primeiro Presidente o Coronel Joaquim José Pinto Bandeira.

Devido a carência de pessoas com cultura que lhe permitisse exercer o mandato de deputado, vemos na história que durante muitas legislaturas a maioria dos deputados, eram filhos de outras províncias.

A primeira sessão preparatória realizou-se no já referido dia 12 de julho de 1854, na casa sita à alameda Dr. Muricy, esquina com a Rua Cândido Lopes, local onde hoje se acha instalada a Biblioteca Pública do Estado.

A Assembléia Legislativa do Paraná funcionou, desde a sua fundação até 1930, quando encerrou suas atividades, as quais foram reiniciadas apenas em 1935.

Novamente em 1937, deixou de funcionar devido a um golpe de estado.

A Assembléia do Paraná foi, então, substituída pelo Conselho Consultivo que desempenhou suas atribuições até o ano de 1947, época em que novamente foi restabelecido o regime da Lei em nosso País.

A 12 de março de 1947 realizava-se a Primeira Sessão Preparatória do atual Regime Democrático.

A primeira eleição efetuada no Paraná, dentro do regime Republicano, efetivou-se no dia 10 de abril de 1891.

Durante estes 140 anos de história, o Paraná viveu dias intensos, e por este Poder Legislativo passaram figuras ilustres como: Dâmaso José Correia, Antonio Cândido Ferreira de Abreu, Rocha Loures, Conselheiro Manoel Alves de Araújo, Generoso Marques, Francisco Guimarães, Euzébio Motta, Victor Ferreira do Amaral e Silva, Afonso Alves de Camargo, Hugo Simas e cen-

tenas e centenas de nomes que ajudaram a escrever a história deste estado e deste Poder.

Na primeira sessão solene da Assembleia Legislativa do Paraná, realizada em 15 de junho de 1854, foi representado o primeiro relatório do Presidente Zacarias onde ele coloca as razões da sua vinda à este poder, para falar sobre a instalação da nova Província; fala da tranquilidade pública e da segurança das pessoas e das propriedades.

Dá contas ao Poder Legislativo sobre a divisão Judiciária e fala da capital da Província que passa a ser Curitiba.

Discorre sobre a instrução pública e sobre o Ensino Primário no Paraná.

Enfim ... foram 140 anos de muita luta, e de muitas vitórias ...

Senhores Deputados ...

A história Constitucional do Paraná. começou em 24 de fevereiro de 1891, quando a primeira Constituição do Estado foi aprovada pelo então Governador general José Cerqueira de Aguiar Lima, que representava uma adaptação do estatuto básico federal.

Nesta mesma data deu-se a promulgação da Constituição Federal, que era também a primeira Republicana.

Em 4 de julho de 1891, era promulgada a Constituição do Estado Federado do Paraná pelo Congresso Constituinte, eleito a 10 de abril com poderes especiais para esse fim. Esta Assembleia foi dissolvida a 14 de dezembro de 1891, sendo eleito governador do Estado, o Dr. Generoso Marques dos Santos.

Assim, a história vai sendo escrita, até os nossos dias ...

Senhores Deputados ...

É com o propósito de manter viva a chama da história deste Legislativo, bem como, a história do Paraná, que a Comissão Especial, por nós designada, deverá promover exposições, palestras, homenagens especiais aos ex-Presidentes desta Casa, e, ainda lançar livros que complementam dados como estes que acabamos de enumerar.

Portanto, ao lançarmos hoje, as comemorações dos 140 anos do Poder Legislativo, pretendemos lembrar um pouco do nosso passado histórico, e também demonstrar um pouco do presente que está vivo, no dia-a-dia deste parlamento."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Srs.

Deputados, estão recebendo em suas mesas a programação dos 140 anos de Poder Legislativo que será desenvolvida no dia 16 de agosto, uma terça-feira, dia 17 de agosto, uma quarta-feira e finalmente, a Sessão Solene de homenagem aos ex-Presidentes da Assembleia Legislativa, no pró-

ximo dia 23 de agosto de 1994.

Solicitamos a todos os Senhores Deputados que tiverem interesse de participar efetivamente dessas programações que procure a comissão devidamente constituída por esta Presidência, que se engajem nesse processo de comemoração, pois afinal de contas são 140 anos de história do Legislativo paranaense que temos todos nós o privilégio neste momento, nessa quadra da história, de representar por vontade da população paranaense.

Passaremos ao Horário das Lideranças:

PDT (Declina).

PMDB (Declina).

PSDB (Declina).

PL (Declina).

PTB (Declina).

PFL (Declina).

PP (Declina).

PT Doutor Rosinha com a palavra.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e

Srs. Deputados. No mês de maio passado todos nós Deputados tomamos conhecimento de uma acusação feita por uma menina de 16 anos, estagiária da Universidade Estadual de Cascavel, Unioeste, que acusava o Diretor Paulo Roberto Nogueira de assédio sexual. Imediatamente, no papel que lhe cabe, o Senhor Governador exonerou do cargo o professor Paulo Roberto Nogueira para que todas essas irregularidades fossem apuradas.

O novo Diretor, assim que assumiu, demitiu a menina que era estagiária e instalou uma sindicância na Unioeste. Essa sindicância visava punir alguns profissionais, no qual eles têm discordância política em relação a administração da Unioeste. Hoje essa sindicância virou um verdadeiro inferno para alguns professores da Unioeste porque não concordam politicamente com a administração que vem se dando naquela Universidade, ou porque ideologicamente já tem atuação diferente dos mandatários da Unioeste.

Essa sindicância, de acordo com a Folha de Londrina do dia 24 de junho, acaba trazendo conclusões esdrúxulas, não averiguou a respeito do assédio absolutamente nada, dizendo que isto cabe à delegacia de polícia fazer o inquérito. Mas no entanto profissionais daquela Universidade, como o professor José Kúia é apontado como uma das pessoas que teria desrespeitado os deveres estatutários, como, por exemplo, discríção, lealdade e respeito à instituição, dizendo que o professor não teria cumprido o dever de levar ao conhecimento das autoridades superiores irregularidades que teve ciência e não guardar sigilo sobre documentação e assuntos de natureza reservada.

Um professor considerado como bom pro-



fessor naquela universidade professor José Kuiava. É hoje um dos que pode ser punido sob a argumentação de que não guardou segredo quando tomou conhecimento de que um dos diretores estava assediando sexualmente uma menina que lá fazia estágio.

Também acusa Gilmar da Conceição. Sofreu o mesmo enquadramento. E mais, diz que Gilmar teria violado a proibição de criticar de modo pejorativo perante órgãos de divulgação os seus superiores.

Senhores Deputados, isto é um absurdo! Alguém é vítima e é punida com a demissão do estágio. Os professores e funcionários que se solidarizaram com ela são hoje punidos porque dizem que eles não guardaram segredo quando tomaram conhecimento de um crime. Nada mais fizeram do que cumprir o papel de cidadão. E todo cidadão consciente, ao tomar conhecimento de que um crime tenha ocorrido, não importando se em órgão público ou privado ou nas ruas, se ficar calado é conivente com este crime.

E estes funcionários não se calaram e tornaram público um crime que estava ocorrendo dentro da universidade e hoje, por isso, aquela administração pune esses professores.

Puniu também os professores José Peixoto Neto, Neide Murofuz diz a sindicância denotou-se que tiveram comportamento temerário face à participação no episódio.

E vai por aí adiante atribuindo a esses funcionários, crime que não cometeram, simplesmente por exercerem seu papel de cidadão dentro daquela universidade.

Nós sabemos que todos esses não são punidos porque denunciaram o assédio sexual; estão sendo punidos porque não pertencem ao partido que hoje é o Governo do Estado do Paraná: PP e PMDB.

Podem e eu não sei se pertencem ou não a outros partidos, mas, tenho certeza de que todos eles resistem à maneira ditatorial de serem conduzidos os trabalhos naquela universidade, não concordando com a linha política imposta pelos partidos que estão no Governo, querendo que lá dentro daquela universidade seja uma mola auxiliar do que o Governo deseja.

Simplesmente por não concordarem com isso é que hoje são punidos.

Não sei dizer se algum deles tem militância ou não em qualquer partido, mas tenho a informação de que não concordam com o que lá ocorre.

Por isso, ao se solidarizarem com uma vítima de assédio sexual, solidarizaram-se com uma pessoa que sofreu um crime, que foi vítima, hoje também se tornaram vítimas e são punidos dentro de uma instituição universitária.

Por isso, nesse Horário de Liderança do PP nós somos solidários a esses profes-

sores. somos solidários a esses técnicos da Universidade de Cascavel.

E por esta solidariedade esperamos que não sejamos retaliados como têm sido esses professores porque parece que hoje é crime ser solidário a quem denuncia o que ocorre nos órgãos públicos do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Liderança do Governo.

Esta Presidência noticia, com muito pesar, o falecimento do Senhor Matias Lê, Cidadão Honorário do Paraná, ocorrido no último dia 27.06.94. O corpo do Senhor Matias Lê será transladado para a Colônia Entre Rios, conhecida também, como Colônia Vitória, Município de Guarapuava, onde será sepultado no cemitério local no dia de amanhã, 29.06.94, às 14:00 horas.

Para quem não se lembra, Matias Lê, era o principal Líder da Cooperativa Agrária de Entre Rios e Diretor do Agromalte.

Nesse sentido, pelos relevantes serviços prestados ao Paraná a Assembléia Legislativa outorgou-lhe o Título de Cidadão Honorário do nosso Estado.

Esta Presidência designa os Deputados Heinz Herwig e Cezar Silvestri para que representem o Poder Legislativo no féretro, no sepultamento do Senhor Matias Lê.

Registramos, também, a presença dos Vereadores Juvenal dos Santos, e Josemar Ezequiel Jequiel, de Itaperóçu, a pedido do Deputado Alceu Swarowski.

Passamos à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 073/94, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, comunicando a este Poder a inclusão do anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo, a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Cornélio Procopio, o imóvel de propriedade do Estado, situado naquela cidade. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Projeto de Resolução, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Caio Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.**



do. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

## ITEM 01

## VOTAÇÃO EM:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 201/94, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 046/94, que dá nova redação ao art. 4° da Lei n° 9.788, de outubro de 1991, que trata da remuneração do pessoal docente das autarquias de ensino superior do Estado, então regido pela CLT. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EMENDA DE PLÊNARIO COM PARECER DA C.C.J.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, devidamente apoiada, lida no expediente, e também requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a retirada ao Projeto de Lei n° 201/94, da Emenda Substitutiva Geral de sua autoria. **Aprovada.** Fica portanto, retirada a Emenda Substitutiva Geral do Projeto de Lei n° 201/94. Em votação o Projeto. **Aprovado.**

## ITEM 02

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 187/94, de autoria do Deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar terreno de propriedade do Governo Estadual à Prefeitura Municipal de Santa Fé com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J.. e C.O.P.T.C. Apreciar neste turno Emendas aprovadas em 2.<sup>a</sup> Discussão.

Nesse turno de votação vamos apenas apreciar as emendas aprovadas em 2.<sup>a</sup> Discussão.

Está em votação a Emenda de n° 01, já aprovada em 2.<sup>a</sup> Discussão. Lê a Emenda.

Em votação. **Aprovada a Emenda n° 01.**

Emenda n° 02. Em votação. **Aprovada.**

O Projeto irá à Redação Final.

## ITEM 03

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 194/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 045/94, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 6.600.000,00 (seis milhões e seiscentos mil cruzeiros reais) ao vigente orçamento próprio da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EMENDA DA C.F. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO.

Também nesse turno apreciaremos a Emenda apresentada em 2.<sup>a</sup> Discussão. (Lê a Emenda).

Em votação a emenda. **Aprovada.** O Projeto irá à redação final.

## ITEM 04

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 195/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 043/94, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 196.100.000,00 (cento e noventa e seis milhões e cem mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento próprio do Colégio Estadual do Paraná, conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EMENDA DA C.F. APRECIAR NESTE TURNO, EMENDA APROVADA EM 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO.

Em votação a Emenda. **Aprovada.**

## ITEM 05

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 123/94, e autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 034/94, que dispõe sobre diretrizes orçamentárias do Estado para o Exercício de 1995. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O. (Publ. no DA. n° 41, de 18.04.94- Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 123/94

## P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, através da Mensagem n° 34/94, o presente projeto de lei dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o Exercício de 1995.

Constitucionalmente, o projeto em exame está dentro do prazo previsto pelo artigo 22-II, do Ato das Disposições Transitórias da Carta Estadual, não havendo portanto, óbice algum à sua tramitação legal, razão por que o parecer desta Comissão de Constituição e Justiça, é favorável à sua apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
PROJETO DE LEI N° 123/94

## P A R E C E R:

O presente projeto de lei oriundo da mensagem governamental n° 34/94, apresenta a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1995.

Inicialmente há de se ressaltar que o Projeto Original recebeu 47 (quarenta e sete) emendas dos Senhores Parlamentares.

A prerrogativa dos Deputados de apresentar emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias é uma faculdade intangível concedida ao Poder Legislativo pelo texto constitucional.

Considerando-se que dela fazendo uso os Senhores Parlamentares apresentaram emendas no sentido de fortalecimento defi-

nitivo do Poder Legislativo, a quase totalidade das emendas foram acatadas, e integram a presente Emenda Substitutiva Geral.

Assim sendo, temos que o substitutivo Geral apresentado complementa e procede às adequações necessárias na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado do Paraná, para 1995.

Sala das Comissões, em 10.06.94.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL

AO PROJETO DE LEI Nº 123/94

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta lei, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 1995, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Estadual;

II - a organização e as estruturas dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração dos orçamentos do Estado;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária referentes ao exercício;

V - outras disposições.

#### CAPÍTULO I

Das Prioridades da Administração Estadual

Art. 2º - Constituem prioridades do Governo Estadual:

I - educação, saúde e segurança;

II - incentivo à produção agropecuária;

III - conservação do meio ambiente;

IV - habitação popular;

V - incentivo à pesquisa científica e tecnológica;

VI - infra-estrutura

VII - incentivo à produção industrial.

Art. 3º - As prioridades definidas no artigo anterior e seus detalhamentos, terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos de 1995, observadas as ações constantes do Anexo desta Lei.

#### CAPÍTULO II

Da Organização e das Estruturas dos Orçamentos

Art. 4º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa cumprindo o prazo previsto no artigo 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, será composto dos anexos I, II e III que conterão:

I - legislação e resumos da receita referentes aos orçamentos fiscal, próprio da administração indireta e de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista;

II - resumos gerais da despesa, segundo as fontes de recursos;

III - orçamentos:

a - Fiscal, compreendendo os orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público, a que se refere o artigo 133, § 6º, I, da Constituição Estadual;

b - próprio das Autarquias, Fundações e Órgãos de Regime Especial, a que se refere o artigo 133, § 6º II, da Constituição Estadual;

c - de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, a que se refere o artigo 133, § 6º, III da Constituição Estadual;

d - do Detalhamento Físico e Financeiro de Obras, previstas nos três orçamentos.

Art. 5º - O Orçamento Fiscal e Próprio das Autarquias, Fundações e Órgãos de Regime Especial, discriminarão a despesa por unidade orçamentária segundo a classificação funcional programática, observando o seguinte desdobramento:

#### DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais

Juros e Encargos da Dívida Pública

Outras Despesas Correntes

#### DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Amortização da Dívida Pública

Outras Despesas de Capital.

Art. 6º - O Orçamento de Investimentos das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, será apresentado por empresa e terá a despesa discriminada segundo a classificação funcional programática.

Art. 7º - O Detalhamento Físico e Financeiro de Obras, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 02, de 15 de dezembro de 1993, será apresentado conforme modelo anexo a este Projeto de Lei.

#### CAPÍTULO III

Das Diretrizes para a Elaboração dos Orçamentos do Estado

#### SEÇÃO I

Das Diretrizes Gerais

Art. 8º - No Projeto de Lei Orçamentária

ria Anual as receitas serão estimadas e as despesas serão fixadas segundo os preços vigentes em 1º de julho de 1994 (base de correção relativa a 30 de junho de 1994).

§ 1º - As despesas custeadas com financiamentos em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 1º de julho de 1994.

§ 2º - Os valores de receita e despesa apresentados no Projeto de Lei Orçamentária Anual serão atualizados, antes do início da execução orçamentária, mediante aplicação de índice de variação de preços no período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e previsão do respectivo índice para dezembro de 1994, de acordo com critérios estabelecidos no próprio Projeto de Lei.

Art. 9º - Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos.

Art. 10 - As receitas de Órgãos, Fundos, Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente gastos com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Art. 11 - A programação de investimentos, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, não incluirá projetos novos em detrimento de outros em andamento.

Parágrafo Único - Só poderão ser incluídos projetos novos, em detrimento dos já programados, quando acompanhados por justificativa e autorizados pelo Poder Legislativo, ou ainda, os que sejam financiados por fontes de recursos outras que não as já inscritas na Lei Orçamentária.

Art. 12 - O Projeto de Lei Orçamentária 1995, destinará recursos do Tesouro Geral do Estado aos órgãos do Poder Executivo após deduzidos os recursos destinados:

I - ao pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho de 1994;

II - os recursos destinados ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição Estadual;

III - ao orçamento do Poder Legislativo, compreendendo Assembléia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado, correspondente a até 3% (três por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferên-

cias da União e as receitas vinculadas.

IV - ao orçamento do Poder Judiciário, compreendendo Tribunal de Justiça e Tribunal de Alçada do Estado, correspondente a até 7% (sete por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas, do qual, pelo menos 8,5% (oito vírgula cinco por cento) corresponderão a despesas de capital.

V - as despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

VI - ao pagamento do serviço da dívida pública;

VII - as contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

VIII - a programas de fomento e desenvolvimento através do fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE; e

IX - a manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondentes a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual.

X - os recursos destinados ao custeio do plano complementar ao Sistema Único de Saúde a que se referem as leis estaduais nºs 10.219 de 21.12.92 e 10.533 de 30.11.93

XI - ao orçamento do Ministério Público, compreendendo a Procuradoria Geral de Justiça, correspondente a até 2% da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União, e as receitas vinculadas, do qual, pelo menos 8,5% (oito e meio por cento) corresponderão a despesas de capital.

§ 1º Os recursos remanescentes de que trata o "caput" deste artigo, serão destinados de acordo com os limites percentuais apresentados a seguir:

- Chefia do Poder Executivo .....	até 10%
- Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia .....	até 4%
- Procuradoria Geral do Estado ..	até 1%
- Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral .....	até 5%
- Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL .....	até 14%
- Secretaria de Estado da Comunicação Social .....	até 2%
- Secretaria de Estado da Administração .....	até 10%
- Secretaria de Estado da Fazenda .....	até 8%
- Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA .....	até 2%
- Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social .....	até 6%
- Secretaria de Estado da Cultura .....	até 2%
- Secretaria de Estado da Segurança Pública .....	até 20%

- Secretaria de Estado da Saúde . até 30%  
 - Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania ..... até 12%  
 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento ..... até 18%  
 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano ..... até 8%  
 - Secretaria de Estado dos Transportes ..... até 30%  
 - Secretaria de Estado do Meio Ambiente ..... até 4%  
 - Secretaria Especial do Esporte e Turismo ..... até 2%  
 - Secretaria Especial da Política Habitacional..... até 16%  
 - Ouvidor Geral do Estado ..... até 0,3%  
 - Secretaria Especial para Assuntos Externos ..... até 1%  
 - Secretaria Especial da Indústria e do Comércio ..... até 2%

§ 2º - Os recursos de que trata o parágrafo anterior serão alocados prioritariamente na manutenção e custeio dos órgãos, bem como nas contrapartidas de convênios e acordos firmados com entidades e organismos privados e públicos, nacionais e internacionais.

§ 3º - Os percentuais alocados para os Secretários Especiais, no caso de extinção da função serão remanejados mediante autorização nos quais as ações programáticas daqueles Secretários Especiais, serão desenvolvidas.

Art. 13 - O Projeto de Lei Orçamentária para 1995, conterá dispositivos autorizatórios para que:

I - O Poder Legislativo, o Poder Judiciário e o Ministério Público, através da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça e da Procuradoria Geral de Justiça, respectivamente, ajustem seus orçamentos no que couber, mediante ciência ao Poder Executivo para os necessários registros.

Art. 14 - Os recursos recebidos pelo Estado, provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações incluídas nas despesas orçamentárias de cada órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer qualquer desvinculação por lei.

## SEÇÃO II

### Das Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal

Art. 15 - O Orçamento Fiscal para 1995 fixará as despesas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público e estimará as receitas de recolhi-

mento centralizado do Tesouro Geral do Estado, com um valor estimado preliminar de CR\$ 6.500.000.000.000,00 (seis trilhões e quinhentos milhões de cruzeiros reais), a preços de 1º de julho de 1994.

§ 1º - O Orçamento Fiscal conterá as cotas de receitas a serem transferidas para as Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

§ 2º - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, serão elaboradas, respectivamente, pela Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça e Procuradoria Geral de Justiça sendo apresentadas ao Poder Executivo, nos prazos estabelecidos nas instruções para a elaboração do Orçamento Geral do Estado.

Art. 16 - O Orçamento Fiscal terá as despesas com pessoal e encargos sociais fixados até 65% (sessenta e cinco por cento) do valor anual das receitas correntes, de acordo com o disposto nos artigos 38 e 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias das Constituições Federal e Estadual, respectivamente.

Art. 17 - Os recursos ordinários do Tesouro Estadual somente poderão ser programados para atender despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de programas financiados e outras despesas com custeio administrativo e operacional.

Art. 18 - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 19 - O orçamento fiscal conterá a previsão de recursos necessários para cumprimento ao disposto no artigo 137, parágrafo único da Constituição Estadual.

## SEÇÃO III

### Das Diretrizes Específicas do Orçamento Próprio da Administração Indireta

Art. 20 - O Orçamento Próprio da Administração Indireta, relativo às Autarquias, às Fundações e aos Órgãos de Regime Especial, compreenderá as receitas próprias e as receitas de transferências do Tesouro Geral do Estado, bem como suas aplicações.

Art. 21 - Os montantes das despesas dos orçamentos próprios, não poderão ser superior ao das respectivas receitas.

Art. 22 - Os orçamentos próprios deverão prever o custeio de despesas com pessoal, também com recursos próprios.

#### SEÇÃO IV

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 23 - O Orçamento de Investimento relativo às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, compreenderá as receitas próprias e as receitas de transferências de Tesouro Geral do Estado, aplicadas na espécie investimento.

Art. 24 - Os montantes das despesas dos orçamentos de investimentos não poderão ser superior aos das respectivas receitas.

Art. 25 - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária Anual à Assembléia Legislativa será acompanhada de demonstrativos que informem os montantes, por espécie de despesa das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista que recebem subvenção do Tesouro Estadual para custeio de despesas com Pessoal e Encargos Sociais e com sua manutenção.

#### CAPITULO IV

Das Disposições Sobre as Alterações na Legislação Tributária

Art. 26 - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos de alterações da Legislação Tributária até 31 de dezembro de 1994, em especial;

I - As modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão do Sistema Tributário Nacional;

II - A concessão e redução de isenções fiscais;

III - A revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

IV - O aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

#### CAPITULO V

DAS OUTRAS DISPOSIÇÕES

Art. 27 - O Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, e dará a divulgação dos quadros de detalhamento de despesa, especificando por projetos e atividades os elementos de despesas e respectivos desdobramentos, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com valores corrigidos na forma do disposto no parágrafo 2º do artigo 8º desta lei.

Art. 28 - A Lei Orçamentária Anual indicará os critérios de atualização monetária dos Orçamentos Fiscal, Próprio da Administração Indireta e de Investimentos das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista durante o período de execução orçamentária.

Art. 29 - A defasagem monetária das dotações orçamentárias, ocasionadas pela inflação, deverá ser corrigida de forma a não prejudicar a realização dos programas de trabalho estabelecidos na Lei Orçamentária.

§ 1º - O Poder Executivo providenciará para tal fim a atualização das expressões monetárias das dotações constantes do Orçamento Anual, durante sua execução, de acordo com a inflação medida mês a mês através de índice a ser definido na proposta orçamentária.

§ 2º - As correções não poderão ultrapassar em nenhuma hipótese os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria mais as Transferências Federais.

Art. 30 - Na Lei Orçamentária Anual, bem como em suas alterações não serão discriminadas as relações de instituições a serem beneficiadas com auxílio e/ou subvenções sociais.

§ 1º - Fica vedada aos órgãos da Administração Direta e Indireta, Empresas Públicas ou Sociedades de Economia Mista controlados pelo Estado a previsão de recursos orçamentários para subvenções sociais e clubes, associações ou quaisquer outras entidades congêneres que congreguem servidores ou empregados e seus familiares, excetuados os destinados à manutenção de creches.

§ 2º - A previsão de recursos orçamentários para subvenção social, será de competência exclusiva da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social.

Art. 31 - Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, poderão ser apresentadas emendas desde que não:

Parágrafo Único - Sejam incompatíveis com as disposições do § 3º do artigo 134 da Constituição Estadual.

Art. 32 - O Orçamento Fiscal conterá dotação específica para atender aos programas de municipalização da educação e da saúde.

Parágrafo Único - Os recursos de convênios para municipalização da educação firmados entre Estado e Municípios serão repassados em valores corrigidos pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou outra que a suceder, tendo como base a data de assinatura do Termo ou Convênio entre as

partes.

Art. 33 - O Orçamento Fiscal conterá dotações específicas para manutenção e desenvolvimento do ensino de primeiro grau mantido pelos Municípios e pelo Estado.

§ 1º - A dotação se refere exclusivamente ao percentual de salário-educação indicado pela Lei nº 4440, de 27.10.64 e pelo Decreto Lei nº 1422 de 23.10.75 e os artigos 5º e 6º do Decreto Lei nº 87043 de 12.03.82, sem prejuízo dos Convênios e outras transferências do Estado para manutenção e desenvolvimento do ensino público.

§ 2º - Os municípios receberão os recursos mencionados no parágrafo anterior na proporção direta da rede de ensino de primeiro grau mantida, e de acordo com índices estipulados pelo FUNDEPAR/Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná e Entidade Representativa dos Municípios.

Art. 34 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.06.94.

(aa) (ilegível) - Presidente

(ilegível) - Relator

#### ANEXO

#### Das Ações Programáticas

##### I - Educação, Saúde e Segurança

- a) melhoria da qualidade do ensino público de 1º e 2º graus;
- b) expansão da oferta do ensino fundamental e médio bem como do ensino pré-escolar;
- c) melhoria da qualidade e ampliação da oferta de recursos didáticos e pedagógicos nos diferentes níveis da educação básica;
- d) ampliação da oferta e melhoria da qualidade do ensino agrícola e do ensino técnico profissionalizante;
- e) apoio a programas de alfabetização de jovens e adultos;
- f) apoio a programas da educação especial;
- g) continuidade do programa de racionalização e modernização do sistema de ensino superior;
- h) apoio a programas culturais como extensão do processo educacional;
- i) manutenção das ações de saúde especializada e dos centros de saúde;
- j) municipalização do atendimento básico de saúde com assessoria técnica e financeira.
- k) ampliação da produção e distribuição de medicamentos para a rede básica de saúde;

l) implantação do Sistema Qualidade Total na coleta e distribuição de sangue e hemoderivados;

m) manutenção e ampliação dos programas de segurança pública

n) aperfeiçoamento e valorização dos profissionais de segurança da polícia civil e militar;

o) continuidade e ampliação do programa integrado de atendimento a emergências.

p) reequipamento da polícia civil e militar;

q) implementação de estudos visando a ampliação do atendimento da Polícia Militar, especificamente do Projeto POVO, para as cidades de maior densidade populacional do interior;

r) criação e desenvolvimento de programa para patrulhamento e fiscalização das margens do Lago de Itaipu, com a participação da Binacional.

##### II - Incentivo à Produção Agropecuária

a) melhoria dos padrões genéticos dos rebanhos do Estado;

b) desenvolvimento de condições adequadas de infra-estrutura para produção, escoamento e comercialização, aos pequenos produtores rurais;

c) apoio técnico e creditício ao pequeno e médio produtor rural;

d) armazenamento, fomento, mecanização e apoio a programas especiais da produção agropecuária;

e) continuidade dos programas de manejo integrado de solos e água;

f) criação de um grupo permanente de pesquisa e estudo para identificar novas viabilidades econômicas, através de alternativas de produção;

g) apoio tecnológico gerencial, fiscal e creditício à agroindústria rural de associações de pequenos e médios produtores.

##### III - Conservação do Meio Ambiente

a) desenvolvimento de programas de educação ambiental;

b) monitoramento e fiscalização dos recursos ambientais, inclusive em áreas indígenas, com vistas à redução da poluição ambiental;

c) melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida no meio urbano e rural por meio do saneamento ambiental, com o abastecimento de água potável e o tratamento de resíduos sólidos e detritos sanitários;

d) desenvolvimento de ações voltadas ao controle de enchentes e a realização de obras de drenagens e despoluição de bacias hidrográficas;

e) conservação e manejo dos ecossistemas e de sua biodiversidade;

f) desenvolvimento e implementação de programa integrado para restauração e conservação dos rios que integram a Bacia Hidrográfica Paranaense, tendo como co-participantes as geradoras de energia (COPEL, ITAIPU, ELETROSUL, CESP e outras);

g) desenvolvimento e implementação de programa integrado para eliminar embalagens de produtos agrotóxicos (vidros, latas, plásticos, papéis e outros), existentes no meio rural do Estado, tendo como co-participantes as indústrias e/ou revendedores dos produtos;

h) manutenção e ampliação dos serviços de proteção ao meio ambiente destinados à preservação dos Parques Estaduais.

#### IV - Habitação Popular

a) continuidade ao programa de mutirão para atender com habitação popular as famílias paranaenses de baixa renda, da zona urbana e rural.

#### V - Incentivo à Pesquisa Científica e Tecnológica

a) apoio a programas de pesquisa para o aumento da produtividade e melhoria dos padrões de qualidade do produto estadual;

b) apoio a incorporação de novas tecnologias aos setores da agropecuária, indústria e serviços.

c) apoio a programas de desenvolvimento da massa crítica de pesquisadores e tecnólogos para a melhoria da qualidade e da produtividade;

d) incentivo a pesquisa e desenvolvimento tecnológico nas áreas de biotecnologia, química fina e novos materiais;

e) apoio à fixação, nas entidades públicas de pesquisa e do Quadro de Pessoal especializado através da criação de condições diferenciadas de trabalho, conforme prevê o Art. 203 da Constituição Estadual;

f) implantação da estrutura legal e organizacional necessária à viabilização do disposto no Art. 205 da Constituição Estadual.

#### VI - Infra-estrutura

a) continuidade aos programas de eletrificação urbana e rural;

b) continuidade aos programas de saneamento básico;

c) ampliação do sistema ferroviário de cargas;

d) continuidade aos programas de conservação da malha viária do Estado.

e) estudos, projetos e construção de pontes para acesso a países limítrofes com o Estado do Paraná.

f) estudos para o aproveitamento do rio Ivai.

#### VII - O incentivo à Produção Industrial

a) desenvolvimento de programas micro-regionais de industrialização, aproveitamento de recursos locais e desenvolvimento de pequenas e médias indústrias;

tando as potencialidades ali existentes;

b) apoio técnico e creditício a pequena indústria;

c) incrementar a geração de empregos permanentes nas regiões de oferta temporária;

d) ampliação das atividades de geração e transferência de tecnologia adequadas à produção agropecuária e agroindustrial.

Em votação:

O SR. ELIO RUSCH - Questão de ordem. Sr. Presidente.

Temos aqui um substitutivo geral diante da LDO, só para que seja esclarecido o plenário, de que forma será votado e as emendas apresentadas à LDO para que elas possam voltar a ser discutidas, basta que pegamos apenas destaque das mesmas no dia de amanhã, ou se faz necessário a apresentação de novas emendas com algumas assinaturas, ou seja, um terço dos Deputados?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A

Presidência, no final da semana passada, distribuiu um calendário de como seria processada a votação da LDO em cima e dentro daquilo que ajustou com as lideranças partidárias. No dia de hoje, a primeira discussão. No dia de amanhã, segunda discussão e terceira discussão. Na quinta-feira próxima, redação final.

Este será o cronograma de votação.

Com referência à questão de ordem de V.Exa., leio o Art. 209 do Regimento Interno: a decisão da comissão, no que se refere justamente ao Capítulo quarto do projeto orçamentário onde se enquadra a LDO, a decisão da comissão sobre as emendas é final, a menos que um terço dos membros da Assembleia requeira a votação em plenário sem discussão de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão de Orçamento. Portanto, para que se analisem emendas em destaque, há necessidade de que um terço dos membros da Assembleia Legislativa, ou seja, dezoito Srs. Deputados requeiram o destaque.

O SR. ELIO RUSCH - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em discussão. Em votação a LDO. Aprovada.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Amanhã é o momento oportuno para eventualmente se pedir os destaques, na segunda votação, é isto?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Exatamente.

Vossa Excelência se assim pretender, poderá já encaminhar o requerimento no dia de hoje que valerá para a sessão de amanhã.



ITEM 06

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 164/94, de autoria do Deputado Domingos Carvalho, que autoriza o Poder Executivo a instituir gratificação especial correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos seus vencimentos aos Servidores Públicos do Estado do Paraná lotados no Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente - CRAID. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. n° 56, de 11.05.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 164/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Domingos Carvalho que autoriza o Poder Executivo a instituir Gratificação Especial correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos seus vencimentos aos Servidores Públicos do Estado do Paraná lotados no Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente - CRAID.

Da análise do projeto em tela, constatamos que, nos termos estrito da competência desta Comissão de Constituição e Justiça inexistem óbices de natureza Constitucional, regimental ou legal à normal tramitação da matéria pelo Plenário desta Casa Legislativa, e sendo assim opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 164/94

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Domingos Faustino de Carvalho, o presente projeto de lei objetiva autorizar o Poder Executivo a instituir gratificação especial correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos seus vencimentos aos Servidores Públicos do Estado do Paraná lotados no Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente - CRAID.

A Comissão de Constituição e Justiça analisando a matéria posicionou-se favoravelmente.

No que compete à Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar regimentalmente a tramitação do referido projeto nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.06.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

Em votação:

O SR. DOMINGOS CARVALHO - (Para Encaminhar). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A respeito do Projeto 164/94, que trata da gratificação especial aos servidores públicos do Estado lotados no Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente,

queria explicar o seguinte, que estes pacientes que são atendidos no CRAID são de paralisia cerebral e de outras etiologias. Então são casos que necessitam de vários tipos de funcionários especializados e que tenham uma dedicação especial no atendimento desse tipo de paciente. Lá nós temos professores, médicos, atendentes de enfermagem, enfermeiros, oftalmologistas e outras categorias profissionais. Então esse projeto visa corrigir uma injustiça onde somente os professores, aliás, por justiça, já estão recebendo 50% dessa gratificação especial e os demais funcionários não recebem. Então esse projeto nada mais é do que estender aos demais funcionários essa gratificação especial.

Era só isso o que eu tinha a falar e peço a aprovação dos demais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto n° 164/94 de autoria do Deputado Domingos Carvalho.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

ITEM 07

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 176/94, de autoria do Deputado José Tavares, que concede à viúva Senhora Dilva Cavalheiro Pinheiro e Filhos do ex-policial Antonio Carlos Pinheiro, a pensão especial assegurada pelo artigo 184, da Lei Complementar n° 014/82. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. n° 59, de 17.05.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 176/94

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei n° 176/94, de autoria do nobre Deputado José Tavares, visa conceder pensão especial à viúva Senhora Dilva Juliana Cavalheiro Pinheiro e filhos, do ex-policial Antônio Carlos Pinheiro, conforme especifica.

No entender desta douta Comissão de Constituição e Justiça, o projeto se encontra em condições de tramitar nesta Casa de Leis, estando regimentalmente, constitucionalmente e legalmente correta, permitindo exarar parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 176/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado José Tavares, o Projeto de Lei n° 176/94, tem por finalidade conceder à viúva Dilva Juliana Cavalheiro Pinheiro e Filhos do ex-policial Antônio Carlos Pinheiro, a pensão especial assegurada pelo art. 184, da Lei Complementar n° 14/82.

Da análise do referido projeto, esta Comissão de Finanças, emite seu parecer



favorável.

Sala das Comissões, em 20.06.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
COSTENARO NETO - Relator

**Aprovado.**

O SR. DR. ROSINHA (*Uma questão de Ordem*) -

Quero fazer uma questão de ordem, antes de encaminhar, porque dependendo da resposta, farei o encaminhamento.

A questão de ordem é um esclarecimento que solicito ao autor do projeto para depois a gente poder encaminhar favorável ou contrário. Estabelece, concede à viúva Dilva Pinheiro, uma pensão especial. A questão de ordem que eu faço é a seguinte: por que uma viúva de um funcionário público não tem direito à pensão já normalmente já estabelecida pela legislação em vigor e é preciso fazer um projeto em separado? Após esse esclarecimento, eu quero fazer o encaminhamento da votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa concede a palavra ao Deputado José Tavares para que preste o esclarecimento solicitado pelo Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. JOSÉ TAVARES - Perfeitamente, Senhor Presidente.

Nobre Deputado Florisvaldo Fier, iniciamos esta matéria, tendo em vista a situação jurídica, meio anômala deste ex-policial, porque ele teve o seu ingresso nas fileiras da Polícia Civil - eu não diria, nas carreiras da polícia civil -, ainda antes do advento da Constituição de 88, quando se permitia admitir através de contrato e nessas condições, ele acabou sendo assassinado em serviço, no interior de uma delegacia, na Cidade de Cambé, em serviço. Um preso cerrou as grades da cadeia e conseguiu fugir daquela unidade prisional, e na saída, ele tinha um obstáculo, apenas este servidor que, surpreso, sem condições de defesa, porque o fugitivo preso, ao lograr êxito no interior da unidade, fugindo da cela, conseguiu imobilizar um policial que estava lá dentro, a serviço e saiu armado e na sequência, quando ele viu que tinha ainda este último obstáculo, já no pátio externo da unidade, o marginal disparou contra o policial, que acabou morrendo, sem a mínima condição de defesa.

Na sequência, nos conhecemos a vida desse ex-servidor e sabendo que ele não teria, lamentavelmente, nenhuma cobertura de pensão à sua esposa e a seus filhos, e conhecendo as condições de pobreza da sua família, nós não tivemos outra alternativa, senão nos recorrermos desta iniciativa e deste expediente. Evidentemente gostaríamos que questões desta natureza, não dependessem de projeto individual de deputado, mas infelizmente, sabemos que nem sempre isso ocorre.

Por essa razão é que eu tomei essa iniciativa. É a primeira e única iniciativa que tomo no sentido de se reparar uma injustiça, no meu entendimento, e de dar à viúva e aos seus filhos um mínimo de garantia, de remuneração diante da morte de seu marido e pai em serviço. E por isso que eu entendi apresentar esse Projeto e pedir o apoio dos colegas desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação.

Para encaminhar a palavra com o Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - O que nos chamou a atenção deste Projeto é que nesta legislatura não tinha acontecido projeto com essa característica dando pensão a esta ou aquela viúva. Até porque nós do PT achamos que é direito de todas as viúvas receberem pensão, que já é estabelecido na Previdência Social ou estabelecido nos Estatutos próprios dos servidores. Sejam esses municipais, estaduais ou federais. Então, tal Projeto, vem para reparar uma irregularidade, se assim entendemos, cometida por governantes de administrações anteriores por não terem o trabalhador devidamente registrado e seus encargos sociais pagos assim como deveria. Porque, por princípio, nós somos contrários a esse tipo de Projeto, como disse. Há uma legislação específica em todos os setores e deve ser cumprida essa legislação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto 176/94. **Aprovado.**

#### ITEM 08

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 181/94, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Professor João Ricardo Von Du Vernay - Ensino de 1º e 2º Graus, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no DA. nº 64, de 24.05.94).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 181/94

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de nº 181/94, de autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, propõe declarar de Utilidade Pública, a "Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Professor João Ricardo Von Du Vernay, ensino de 1º e 2º Graus, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça, o proposto se en-

contra em condições de tramitar nesta Casa de Leis, visto cumprir as exigências legais, regimentais e constitucionais em vigor.

Portanto, somos de parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO Presidente  
NELSON GARCIA - Relator

#### ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 211/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 047/94, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 dezembro de 1993, no valor de CR\$ 10.700.000.000,00 (Dez bilhões e setecentos milhões de cruzeiros reais), conforme especifica. COM PARECERES DA C.C.J. e C.F. Aprovado. (Publ. no DA. nº 76, de 14.06.94 Mens).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 211/94

##### P A R E C E R:

O anteprojeto de Lei nº 211/94, de autoria do Poder Executivo, encaminhado através da Mensagem nº 047/94, objetiva aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 10.700.000.000,00 (dez bilhões e setecentos milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes.

A proposta objetiva atender despesas com pagamento de acordos trabalhistas no exercício de 1994, e serviços de dragagem do Canal da Galheta, e decorre da previsão de excesso de arrecadação de recursos diretamente arrecadados na Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, conforme Parecer nº C 3/010-94-da SEFA.

Sob os aspectos regimental, legal e constitucional nada temos a opor, emitindo Parecer Favorável à presente proposta.

Sala das Comissões, em 21.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NELSON GARCIA - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 211/94

##### P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, chega a esta Comissão, o Projeto de Lei em epígrafe, oriundo da Mensagem nº 047/94, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 10.700.000.000,00 (dez bilhões e setecentos milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes.

Tendo sido submetido à análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer favorável da mesma forma, quanto a emenda a ele apresentada.

No âmbito desta Comissão, o presente não apresenta qualquer óbice, principalmente tendo-se em conta que declara a origem do crédito.

Nestas condições, opinamos favoravelmente ao presente projeto, bem como a emenda apresentada pela digna Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.94.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
ÉLIO RUSCH - Relator.

#### EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 211/94

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei nº 211/94.

"Art.... - Fica o Poder Executivo autorizado, mediante Decreto, a proceder os ajustes necessários à correção prevista na Lei nº 10.699/93, bem como a conversão para o Real, conforme Plano de Estabilização Econômica dos valores orçamentários, objeto desta Lei, no caso de sua aprovação e/ou publicação ocorrer após o dia 1º de julho do corrente exercício".

Sala das Sessões, em 21.06.94.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Hermas Brandão, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Alborghetti, João Preis.  
JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa propiciar condições legais para, numa eventualidade, adaptar o presente projeto de lei ao Plano de Estabilização Econômica do Governo Federal. ITEM 10)

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 212/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 048/94, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de CR\$ 3.889.359.000,00 (três bilhões, oitocentos e oitenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e nove cruzeiros reais) conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 76, de 14.06.94, Mens).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 212/94

##### P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 048/94, o Projeto de Lei nº 212/94, tem por finalidade, aprovar abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 3.889.359.000,00 (três bilhões, oitocentos e oitenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e nove mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento próprio do DETRAN.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional legal ou regimen-

tal, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 212/94

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 048/94, o presente projeto tem por finalidade aprovar abertura de crédito suplementar no valor de três bilhões, oitocentos e oitenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e nove mil cruzeiros reais (CR\$ 3.889.359.000,00) ao vigente orçamento próprio de DETRAN.

A proposta que ora vem a ser objeto de análise, incluindo a Emenda Aditiva apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, encontra-se devidamente justificada, inexistindo óbices de natureza regimental e constitucional.

Quanto ao aspecto financeiro a que é chamada a opinar esta Comissão, não encontramos nada que venha a obstruir sua tramitação normal por esta Casa.

Isto posto, nosso parecer é favorável pela aprovação do projeto com a Emenda Aditiva apresentada pela C.C.J.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.94.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
JOÃO PREIS - Relator

EMENDA ADITIVA

PROJETO DE LEI N° 212/94

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei n° 212/94:

"Art... - Fica o Poder Executivo autorizado, mediante Decreto, a proceder os ajustes necessários à correção prevista na Lei n° 10.699/93, bem como a conversão para o Real, conforme Plano de Estabilização Econômica dos valores orçamentários, objeto desta lei, no caso de sua aprovação e/ou publicação ocorrer após o dia 1° de julho do corrente exercício."

Sala das Sessões, em 21.06.94.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Hermas Brandão, João Preis, Neivo Beraldin e Luiz Carlos Alborghetti.  
JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda visa propiciar condições legais para, numa eventualidade, adaptar o presente projeto de lei ao Plano de Estabilização Econômica do Governo federal. ITEM 11

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 221/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 053/94, que objetiva instituir o Conselho Estadual de Saúde do Paraná, a que se refere o artigo 169, inciso III, da Constituição Estadual. COM PARECERES da

C.C.J. e C.S.P.. (Publ. no D.A. n° 77, de 15.06.94, Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 221/94

P A R E C E R:

No anteprojeto de Lei n° 221/94, de autoria do Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, em Mensagem n° 53/94, a Instituição do Conselho Estadual de Saúde do Paraná - CES/PR, conforme preconiza o art. 169, inciso III, da Constituição Estadual.

Estando em conformidade com os preceitos legais, constitucionais e regimentais, essa douta Comissão de Constituição e Justiça, emite parecer favorável à sua aprovação, concordando com sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI N° 221/94

P A R E C E R:

O projeto de lei em análise, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n° 053/94, objetiva instituir o Conselho Estadual de Saúde do Paraná, a que se refere o artigo 169, inciso III, da Constituição Estadual.

A matéria foi analisada em parecer da Comissão de Constituição e Justiça que se pronunciou favorável à aprovação da mesma.

Assim sendo, esta douta Comissão Técnica segue o entendimento da supracitada Comissão, manifestando-se favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.94.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente  
ARLINDO TROIAN - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, com apoio do Senhor Deputado José Tavares e mais um Senhor Deputado, constante do expediente, solicitando a retirada por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n° 221/94 por 05 (cinco) Sessões.

ITEM 12

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 222/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 054/94, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 7.030.000.000,00 (sete bilhões e trinta milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, aprovado pela Lei n° 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender despesas

com a programação da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM. COM PARECERES da C.C.J. e C.F..  
Aprovado. (Publ. no D.A. n° 77, de 15.06.94, Mens)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 222/94

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 54/94, o Projeto de Lei n° 222/94, tem por finalidade aprovar abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 7.030.000.000,00 (sete bilhões e trinta milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 21.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 222/94

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem n° 054/94, que objetiva aprovar abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 7.030.000.000,00 (sete bilhões e trinta milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano.

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante ao aspecto legal e constitucional, recebendo parecer favorável.

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão de Finanças opinar, conforme lhe preceitua o § 3°, do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se pelo parecer favorável, igualmente opinando pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.94.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 13

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 223/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 055/94, aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 12.141.750.000,00 (doze bilhões, cento e quarenta e um milhões, setecentos e cinquenta mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, aprovado pela Lei Estadual n° 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender despesas com transferências a municípios. COM PARECERES da C.C.J. e C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 77, de 15.06.94, Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 223/94

P A R E C E R:

Analisando o presente projeto de lei, Mensagem Governamental n° 055/94, no que diz respeito a seus aspectos legais, não encontramos óbices à sua normal tramitação regimental, até final deliberação pelo duto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões em 21.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 223/94

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental n° 055/94, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 12.141.750.000,00 (doze bilhões, cento e quarenta e um milhões, setecentos e cinquenta mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, conforme especifica.

A proposta foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, que emitiu parecer favorável.

Na competência desta Comissão de Finanças, seguimos o entendimento da Comissão supracitada, opinando pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.94.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 14

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 018/94, de autoria do Deputado Renato Adur, que autoriza a realização de plebiscito para a população decidir sobre a criação do Município de Paranã D'Oeste, desmembrado do Município de Moreira Salles. COM PARECER da C.C.J.. (Publ. no D.A. n° 81, de 21.06.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 018/94

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria do Deputado Renato Adur, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito para a criação do Município de Paranã D'Oeste.

Analisando na parte legal e constitucional, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a normal tramitação da proposição nesta Casa de Leis.

Sendo assim nosso parecer é favorável,

opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

#### Em votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, volto a insistir com Vossa Excelência e à Mesa Diretora desta Casa, para que coloque em Plenário para apreciação desta Casa, projeto de lei do Deputado Nelson Justus que procura regulamentar, disciplinar, a criação de municípios no Estado do Paraná.

Não é possível - peço escusas ao Deputado Renato Adur não faço referência especificamente ao seu projeto - essa Casa ter que votar um projeto de regulamentação de criação de municípios. Não é mais possível, nós estamos a 90 dias do pleito eleitoral falando-se em criação de município, Senhor Presidente, desmembrando-se territórios de municípios para transferir para um outro município, Senhor Presidente.

Era isto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa acata a questão de ordem de Vossa Excelência e nos próximos dias, em conjunto com as Lideranças, determinará a inclusão na Ordem do Dia do referido projeto do Deputado Nelson Justus.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia de hoje, por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica, portanto adiada a discussão do Projeto de Resolução nº 018/94, por 10 (dez) sessões.

#### ITEM 15

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 019/94, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova Prestação de Contas da dotação de Reembolso dos Senhores Deputados (referente ao ano de 1993). **COM PARECER FAVORÁVEL da C.T.C..**

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 019/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovada a Prestação de Contas da dotação de Reembolso dos Senhores Deputados, do exercício financeiro de 1993.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(aa) NILTON BARBOSA - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PROPOSIÇÃO Nº 30/94

#### P A R E C E R:

Em trâmite para exame por esta Comissão, conforme Ofício 02/CEAS/94, a Proposição 30/94, encaminha a prestação de contas da dotação de Reembolso dos Senhores Deputados, referente ao exercício de 1993.

Nas informações contidas no relatório examinado constatou-se que o contido na Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992, legislação que rege a matéria ora em pauta, foi integralmente cumprida, não restando dúvidas quanto a exatidão das contas prestadas.

Tais fatos, levam este relator a emitir o seu parecer favorável à aprovação da presente proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.06.94.

(aa) NILTON BARBOSA - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

#### Em votação.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, a Comissão de Tomada de Contas desta Casa fez uma análise e emitiu um parecer pela aprovação das contas.

Nós do PT não temos representante em tal comissão e não tomamos conhecimento do dia da reunião da referida comissão porque gostaríamos de estar presentes, do nosso Líder lá estar presente, para poder analisar junto com os demais Deputados da Comissão, estas contas.

Por esta razão, por desconhecermos as contas, porque não participamos da Comissão e não tomamos conhecimento do dia, é para registrar o voto contrário do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação. **Aprovado, com voto contrário do PT.**

#### ITEM 16

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 020/94, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova Prestação de Contas dos Senhores Deputados da Dotação de Subvenção Social. (referente ao ano de 1993). **COM PARECER FAVORÁVEL da C.T.C..**

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 020/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovada a Prestação de Contas da Dotação de Subvenção Social dos Senhores Deputados, referente ao exercício financeiro de 1993.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em

vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.06.94.

(aa) NILTON BARBOSA - Presidente

BASÍLIO ZANUSSI - Relator

Apoio: Ademar Traiano.

# COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO Nº 31/94

P A R E C E R:

Em trâmite para análise por esta Comissão, conforme Ofício nº 01/CEAS/94, a Proposição nº 31/94, encaminha a prestação de contas da dotação de Subvenção Social dos Senhores Deputados, referentes ao exercício de 1993.

Nas informações contidas no relatório examinado, constatou-se que o contido na Resolução 55/93, de 3 de outubro de 1993, legislação que rege a matéria ora em pauta, verificamos que a mesma foi cumprida, não restando dúvidas quanto a exatidão das contas prestadas.

Tais fatos, levam este relator a emitir o seu parecer favorável à aprovação da presente proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.06.94.

(aa) NILTON BARBOSA - Presidente

BASÍLIO ZANUSSI - Relator

**Aprovado**, com voto contrário da Bancada do PT.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, se Vossa Excelência permitir, eu gostaria de fazer um comunicado: hoje é terça-feira, amanhã é quarta e depois quinta; pela Constituição do Estado, pela Constituição da República, os Paramentos brasileiros, quer o Parlamento nacional e os Paramentos estaduais, têm o seu recesso constitucionalmente assegurado a partir do dia 1º de julho, ou seja, a partir da próxima sexta-feira.

Então, como nós temos matéria da maior relevância, em grande quantidade para analisarmos, discutirmos e votarmos, matérias de interesse do povo do Paraná, eu queria fazer um apelo aos nobres colegas, nossos Deputados, queridos companheiros, para que nós nos esforcemos ao máximo para que não haja prejuízo, não haja solução de continuidade, não haja paralisação de uma série de ações do Governo, que nós compareçamos nas próximas sessões de hoje até quinta-feira, e se Vossa Excelência julgar, e se o Plenário entender que deva agir desta forma, inclusive algumas Sessões extraordinárias, que nós façamos, para podermos limpar a pauta e começarmos o nosso retorno às nossas bases, para darmos início à nossa campanha de retorno a esta Casa com tranqüilidade durante o mês de julho.

Era este o comunicado que gostaria de fazer, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência, dentro daquilo que foi ajustado já com as Lideranças na última semana, e dentro do calendário que fez publicar e que chegou às mãos de todos os Senhores Deputados, realizará no dia de amanhã, Sessão Ordinária a partir das 14:30 horas e logo após Sessões Extraordinárias, para que possamos apreciar todos os projetos que em condições estiverem de serem apreciados por este Plenário.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1691, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1670, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, com apoio do Senhor Deputado Heinz Herwig, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1671 a 1674, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1675, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, antes que se encerre a Sessão, gostaria que fosse registrada a presença do Prefeito de Xambrê, Pedro Lopes, e do Inspetor de Polícia, Ivo Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado, nobre Deputado.

Requerimentos nºs 1676, 1677, e 1679 a 1681, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1682, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1684, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1685, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pela Ordem) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno. Requerimento nº 1686, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1690, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 29, à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s: 123, 164, 176, 181, 211, 212, 222 e 223/94;

e dos Projetos de Resolução n°s: 019 e 020/94.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s: 234, 235, 236, 237 e 244 a 256/94.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo n° 002/94.

Levanta-se a sessão.

#### Atas das Comissões:

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA - 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 8.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de junho do ano de um mil, novecentos e noventa e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Basílio Zanusso. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final ao Projeto de Lei n° 101/94, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar eu, Elisa Sotomaior Maruska,

Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Elisa Sotomaior Maruska - Secretária

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA - 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 4.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos catorze dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e quatro, às dez e trinta horas, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas, para deliberar sobre a Proposição n° 30/94 e 31/94, referente à prestação de contas da dotação de Reembolso dos Senhores Deputados, e, da dotação de Subvenção Social dos Senhores Deputados, Resolução n° 15/92 e 55/83 respectivamente. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Senhor Presidente da Comissão, Senhor Deputado Nilton Barbosa abriu os trabalhos dando a palavra ao Senhor Deputado Basílio Zanusso, Relator da Proposição n° 31/94, referente à prestação de contas da Subvenção Social dos Senhores Deputados, referente ao exercício de 1993, regulamentada pela Resolução n° 55 de 03 de outubro de 1983. O Senhor Relator, não encontrou óbice para aprovação, emitindo parecer favorável à proposição, no que foi acompanhado pelos seus Pares, por unanimidade. Tomou então, da palavra o Senhor Deputado Ademar Traiano, Relator da Proposição n° 30/94, que diz respeito à prestação de contas da dotação de Reembolso dos Senhores Deputados, referente ao exercício de 1993, regulamentada pela Resolução n° 15 de 19 de junho de 1992. Com o parecer favorável, o Senhor Relator foi na sua totalidade acompanhado pelos presentes. Não havendo nada mais a tratar, o Senhor Deputado, Nilton Barbosa encerrou os trabalhos da presente reunião, marcando a próxima quando da existência de matéria, e, para constar lavrei, a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelos Senhores Deputados membros da Comissão e por mim, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) NILTON BARBOSA - Presidente  
Maria Regina Subtil - Secretária

## ANEXO DO PROGRAMA DE OBRAS

[illegible]